

Sumário

SUMÁRIO -----	1
PORTUGUÊS – PROF. FELIPE LUCCAS -----	2
MATEMÁTICA – PROF. ARTHUR LIMA -----	9
DIREITO CONSTITUCIONAL – PROFS. RICARDO VALE E NÁDIA CAROLINA -----	17
ÉTICA – PROF. PAULO GUIMARÃES -----	21
INFORMÁTICA – PROF. VICTOR DALTON -----	24
DIREITO ADMINISTRATIVO – PROF. ERICK ALVES -----	28
DIREITO PENAL – PROF. RENAN ARAUJO -----	32
PROCESSO PENAL – PROF. RENAN ARAUJO -----	37
LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PROF. MARCOS GIRÃO -----	41
DIREITOS HUMANOS – PROF. RICARDO TORQUES -----	50
LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DPRF – PROF. ALEXANDRE HERCULANO -----	59
FÍSICA – PROF. VINÍCIUS SILVA -----	63

Português – Prof. Felipe Luccas

¹ Leio que a ciência deu agora mais um passo definitivo. É claro que o definitivo da ciência é transitório, e não por deficiência da ciência (é ciência demais), que se supera a si mesma a cada dia... Não indaguemos para que, já que a própria ciência não o faz — o que, aliás, é a mais moderna forma de objetividade de que dispomos.

⁷ Mas vamos ao definitivo transitório. Os cientistas afirmam que podem realmente construir agora a bomba limpa. Sabemos todos que as bombas atômicas fabricadas até hoje são ¹⁰ sujas (aliás, imundas) porque, depois que explodem, deixam vagando pela atmosfera o já famoso e temido estrôncio 90. Ora, isso é desagradável: pode mesmo acontecer que o próprio ¹³ país que lançou a bomba venha a sofrer, a longo prazo, as consequências mortíferas da proeza. O que é, sem dúvida, uma sujeira.

¹⁶ Pois bem, essas bombas indisciplinadas, mal-educadas, serão em breve substituídas pelas bombas *n*, que cumprirão sua missão com lisura: destruirão o inimigo, ¹⁹ sem riscos para o atacante. Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?

Ferreira Gullar. **Maravilha**. In: **A estranha vida banal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 109.

No que se refere aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

1. (CESPE / PRF - 2013)

A forma verbal “podem” (R.8) está empregada no sentido de **têm autorização**.

Comentários:

O verbo “podem” está servindo com o verbo auxiliar numa locução verbal: “podem construir”. Nesse papel, costuma assumir sentido de:

As pessoas podem fumar na área reservada. (permissão, autorização)

Podemos encontrar o rapaz naquela festa. (possibilidade)

Alguns pássaros podem voar por horas sem parar. (capacidade)

Ele pode falar várias línguas. (habilidade)

Na questão, o verbo poder foi utilizado no sentido de “ter capacidade para”. Portanto, não há sentido de “autorização”.

Afirmativa: Incorreta.

2. (CESPE / PRF - 2013)

A oração introduzida por “porque” (R.10) expressa a razão de as bombas serem sujas.

Comentários:

Exato. A conjunção “porque” assume sentido explicativo: as bombas são sujas porque deixam o temido estrôncio 90 vagando pela terra.

Afirmativa: Correta.

3. (CESPE / PRF - 2013)

Mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, a conjunção “e”, em “e não por deficiência da ciência” (R.2-3), poderia ser substituída por **mas**.

Comentários:

Sim, a conjunção “e” pode assumir valor “adversativo” quando as orações coordenadas por essa conjunção estão em relação de oposição. Veja:

É claro que o definitivo da ciência é transitório, mas não por deficiência da ciência, que se supera a si mesma a cada dia.

Afirmativa: Correta.

4. (CESPE / PRF - 2013)

O objetivo do texto, de caráter predominantemente dissertativo, é informar o leitor a respeito do surgimento da “bomba limpa” (R.8).

Comentários:

O texto é literário, escrito pelo poeta Ferreira Gullar, tem tom crítico e irônico. A intenção é fazer refletir sobre o quanto o “definitivo” proposto pela ciência é, na verdade, transitório. Também discute a noção de ser ou não um verdadeiro “avanço” a criação de uma bomba ainda mais mortífera. Logo, não podemos dizer que o texto é informativo e tem como foco informar que foi criada a determinada bomba.

Afirmativa: Incorreta.

5. (CESPE / PRF - 2013)

Tendo a oração “que se supera a si mesma a cada dia” (R.3-4) caráter explicativo, o vocábulo “que” poderia ser corretamente substituído por **pois** ou **porque**, sem prejuízo do sentido original do período.

Comentários:

A substituição mudaria o sentido, pois o “que” é pronome relativo usado para introduzir uma oração adjetiva a qual se refere ao termo “ciência”.

Veja o que acontece se substituirmos esse pronome por uma conjunção “porque” ou “pois: a oração adjetiva se torna uma oração coordenada sindética explicativa e passará a se referir ao termo “deficiência da ciência”.

...e não por deficiência da ciência, porque se supera a si mesma a cada dia...

Ficaria parecendo que a “deficiência da ciência” se supera a cada dia, ou causaria dúvida sobre quem “se supera”. Portanto, há prejuízo ao sentido original.

Afirmativa: Incorreta.

6. (CESPE / PRF - 2013)

A visão do autor do texto a respeito das “bombas n” (R.17) é positiva, o que é confirmado pelo uso da palavra “lisura” (R.18) para se referir a esse tipo de bomba, em oposição ao emprego de palavras como “indisciplinadas” (R.16) e “mal-educadas” (R.17) em referência às bombas que liberam “estrôncio 90” (R.11), estas sim consideradas desastrosas por atingirem indistintamente países considerados amigos e inimigos.

Comentários:

A visão do autor é negativa sobre bombas em geral, tanto as “suja” quanto as supostamente “limpas”. Na verdade, pela sua ironia, ele não considera nenhuma bomba “limpa”, pois todas têm efeitos mortíferos.

Observe:

“sabemos todos que as bombas atômicas fabricadas até hoje são sujas”

Ele está sendo sarcástico, conforme percebemos ao longo do texto e, especialmente, ao final: “trata-se (a bomba n), portanto, de uma fabulosa conquista, não?”. Conclui-se então que ele não acha o fato conquista nenhuma, pois tem “consequências” mortíferas.

Afirmativa: Incorreta.

7. (CESPE / PRF - 2013)

O emprego do acento nas palavras “ciência” e “transitório” justifica-se com base na mesma regra de acentuação.

Comentários:

“ci-ên-cia” e “tran-si-tó-rio” são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em ditongo. Essa é a regra mais cobrada pelo Cespe.

Afirmativa: Correta.

¹ Todos nós, homens e mulheres, adultos e jovens, passamos boa parte da vida tendo de optar entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Na realidade, entre o que ⁴ consideramos bem e o que consideramos mal. Apesar da longa permanência da questão, o que se considera certo e o que se considera errado muda ao longo da história e ao redor do globo ⁷ terrestre.

Ainda hoje, em certos lugares, a previsão da pena de morte autoriza o Estado a matar em nome da justiça. Em outras ¹⁰ sociedades, o direito à vida é inviolável e nem o Estado nem ninguém tem o direito de tirar a vida alheia. Tempos atrás era tido como legítimo espancarem-se mulheres e crianças, ¹³ escravizarem-se povos. Hoje em dia, embora ainda se saiba de casos de espancamento de mulheres e crianças, de trabalho escravo, esses comportamentos são publicamente condenados ¹⁶ na maior parte do mundo.

Mas a opção entre o certo e o errado não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes ¹⁹ da mídia. Muitas e muitas vezes é na solidão da consciência de cada um de nós, homens e mulheres, pequenos e grandes, que certo e errado se enfrentam.

²² E a ética é o domínio desse enfrentamento.

Marisa Lajolo. **Entre o bem e o mal**. In: **Histórias sobre a ética**. 5.^a ed. São Paulo: Ática, 2008 (com adaptações).

A partir das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

8. (CESPE / PRF - 2013)

No texto, a expressão “pequenos e grandes” (R.20) não se refere a tamanho, podendo ser interpretada como equivalente à expressão “adultos e jovens” (R.1), ou seja, em referência a faixas etárias.

Comentários:

Exato, o autor usa “pequenos” e “grandes” como sinônimo de “jovem” e “adulto”. Usamos muito esse recurso na nossa linguagem cotidiana:

“quando eu era pequeno, eu jogava futebol todo dia”. A referência é a idade, não é de fato o tamanho.

Afirmativa: Correta.

9. (CESPE / PRF - 2013)

O trecho “Tempos atrás era tido como legítimo espancaram-se mulheres e crianças, escravizaram-se povos” (R.11-13) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Há tempos, considerava-se legítimo que se espancassem mulheres e crianças, que se escravizassem povos.

Comentários:

Aqui a banca cobrou a equivalência entre uma oração desenvolvida (com conectivo e verbo conjugado) e uma oração reduzida (sem conectivo e com verbo em infinitivo, gerúndio ou particípio).

considerava-se legítimo [**que** se espancassem mulheres e crianças, **que** se escravizassem povos]

[**espancaram-se** mulheres e crianças, **escravizaram-se** povos]

No texto, temos orações reduzidas de gerúndio. A forma desenvolvida é uma paráfrase válida, isto é, uma forma correta e adequada de reescrita.

Afirmativa: Correta.

10. (CESPE / PRF - 2013)

Infere-se do texto que algumas práticas sociais são absolutamente erradas, ainda que o conceito de certo e errado seja variável do ponto de vista social e histórico.

Comentários:

O autor insinua que algumas ações são erradas independente de uma cultura aceitá-la ou não como tal. Deu o exemplo de “espancar crianças e mulheres” e “escravizar povos”. Seu “tom” também nos permite inferir que é contra a “pena de morte”, mesmo admitindo que vários países a adotam.

Afirmativa: Correta.

11. (CESPE / PRF - 2013)

Dado o fato de que **nem** equivale a **e não**, a supressão da conjunção “e” empregada logo após “inviolável”, na linha 10, manteria a correção gramatical do texto.

Comentários:

De fato, “nem” tem o sentido aditivo-negativo de “e não”. Porém, a substituição não pode ser feita assim impunemente em todos os casos. Veja como, na questão, a troca causará incoerência:

o direito à vida é inviolável e nem o Estado nem ninguém tem o direito de tirar a vida alheia

[o direito à vida é inviolável] ___ [nem o Estado nem ninguém tem o direito de tirar a vida alheia]

A substituição da banca causou um período incoerente, pois a supressão do “e” fez com que as ligações ficassem sem nenhum conectivo ou sinal de pontuação para uni-las. Na lacuna deveria haver algum tipo de elemento de ligação.

Afirmativa: Incorreta.

12. (CESPE / PRF - 2013)

Devido à presença do advérbio “apenas” (R.18), o pronome “se” (R.17) poderia ser deslocado para imediatamente após a forma verbal “coloca” (R.17), da seguinte forma: coloca-se.

Comentários:

O pronome “se” em “coloca-se” deve ficar em próclise (antes do verbo) porque há palavra negativa (não). O comentário da banca não faz sentido, pois “apenas”, embora seja também uma palavra atrativa, estaria após o verbo, sem poder exercer atração.

Afirmativa: Incorreta.

13. (CESPE / PRF - 2013)

Sem prejuízo para o sentido original do texto, o trecho “esses comportamentos são publicamente condenados na maior parte do mundo” (R.15-16) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: publicamente, esses comportamentos consideram-se condenados em quase todo o mundo.

Comentários:

Na assertiva original, “publicamente” se refere a “condenados”, num sentido de “são condenados de forma pública”. Na reescritura, por estar isolado no início do período, o termo “publicamente” se refere a toda a oração seguinte, dando a impressão de que é o fato de aqueles comportamentos serem condenados em todo mundo que é público. Observe também que há uma mudança de sentido com inclusão do verbo “consideram-se”:

Esses comportamentos são publicamente condenados

Publicamente, esses comportamentos consideram-se condenados

A primeira forma é muito mais taxativa. Veja com um exemplo menor:
Fulano é rico X Fulano é considerado rico.

Enfim, houve várias mudanças, o sentido original foi prejudicado.

Afirmativa: Incorreta.

14. (CESPE / PRF - 2013)

No trecho “o que consideramos bem” (R.3-4), o vocábulo “que” classifica-se como pronome e exerce a função de complemento da forma verbal “consideramos”.

Comentários:

A banca pede a função sintática do pronome relativo. Quando isso ocorrer, lembre-se: é preciso isolar a oração adjetiva, olhar para o antecedente do relativo e ver qual função sintática ele teria se estivesse na mesma posição do “que”. Note também que o uso do “o” pronome demonstrativo, equivalente a “aquilo”. Veja:

O (aquilo) [“que” consideramos bem.] Isolamos a oração adjetiva.

O (aquilo) [“o” consideramos bem.] Agora trocamos o “que” por seu antecedente “o” (aquilo).

Agora, basta organizar a oração e ver a função sintática:
[consideramos “o” (aquilo) bem.]

Percebemos agora que “o” é objeto direto de “consideramos”, pois quem considera...considera algo. Daí lemos: considera aquilo bem.

Portanto, o pronome “que” tem função sintática de complemento verbal sim.

Afirmativa: Correta.

15. (CESPE / PRF - 2013)

Infere-se do período “Mas a opção (...) da mídia” (R.17-19) que nem todos “os temas polêmicos” recebem a atenção dos meios de comunicação.

Comentários:

De forma sutilmente indireta, a banca está cobrando o sentido de uma oração adjetiva restritiva, aquela que especifica, restringe um substantivo dentro de um grupo maior:

Mas a opção entre o certo e o errado não se coloca apenas na esfera de **temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia**.

Ao dizer “**temas polêmicos que atraem**”, temos uma restrição, ou seja, nem todos os temas polêmicos atraem atenção da mídia. Portanto, somente alguns atraem atenção dos meios de comunicação (mídia), exatamente como a banca afirma.

Afirmativa: Correta.

Matemática – Prof. Arthur Lima

Considerando que uma equipe de 30 operários, igualmente produtivos, construa uma estrada de 10 km de extensão em 30 dias, julgue os próximos itens.

16. (CESPE / PRF - 2013)

Se a tarefa estiver sendo realizada pela equipe inicial de 30 operários e, no início do quinto dia, 2 operários abandonarem a equipe, e não forem substituídos, então essa perda ocasionará atraso de 10 dias no prazo de conclusão da obra.

Comentários:

Se em 30 dias seriam construídos 10km, nos primeiros 4 dias foram construídos:

30 dias ----- 10km

4 dias ----- D km

$$30 \times D = 4 \times 10$$

$$D = 40 / 30$$

$$D = 4/3 \text{ kmE}$$

Portanto, faltava construir $10 - 4/3 = 30/3 - 4/3 = 26/3$ km (aproximadamente 8,67 km) quando 2 operários saíram, ficando apenas 28 operários. Para calcular o tempo que eles levarão para finalizar a obra, podemos escrever:

Operários	Construção	Dias
30	10km	30
28	26/3 km	D

Quanto MAIS dias tivermos, MENOS operários são necessários. E quanto MAIS dias tivermos, MAIS poderá ser construído. Assim, devemos inverter a primeira coluna, ficando com:

Operários	Construção	Dias
-----------	------------	------

28	10km	30
30	26/3 km	D

Montando a proporção:

$$30 / D = (28/30) \times (10 / 26/3)$$

$$30 / D = (28/30) \times (30 / 26)$$

$$30 / D = (28 / 26)$$

$$30 \times 26 = 28 \times D$$

$$15 \times 13 = 7 \times D$$

$$D = 27,85 \text{ dias}$$

Portanto, repare que, além dos 4 dias iniciais, são necessários mais 27,85 dias, totalizando 31,85 dias para finalizar a obra. O atraso é de apenas 1,85 dias.

Afirmativa: Incorreta.

17. (CESPE / PRF - 2013)

Se, ao iniciar a obra, a equipe designada para a empreitada receber reforço de uma segunda equipe, com 90 operários igualmente produtivos e desempenho igual ao dos operários da equipe inicial, então a estrada será concluída em menos de 1/5 do tempo inicialmente previsto.

Comentários:

Com a chegada de mais 90 operários, ficamos com 120 operários trabalhando. Podemos escrever o seguinte:

Operários	Dias
30	30
120	D

Quanto MAIS operários, MENOS dias são necessários. Podemos inverter uma coluna:

Operários	Dias
30	D
120	30

Montando a proporção:

$$30 \times 30 = 120 \times D$$

$$900 / 120 = D$$

7,5 dias = D

Veja que 7,5 é o mesmo que $\frac{1}{4}$ de 30 dias. Portanto, a estrada será concluída em $\frac{1}{4}$ do tempo previsto, que é MAIS do que $\frac{1}{5}$.

Repare o seguinte: o número de operários foi multiplicado por 4 (de 30 para 120), de modo que o tempo gasto naturalmente seria dividido por 4. Essa é uma forma mais rápida de fazer a análise.

Afirmativa: Incorreta.

Gráfico para os itens de 18 a 22



Considerando os dados apresentados no gráfico, julgue os itens seguintes.

18. (CESPE / PRF - 2013)

A média do número de acidentes ocorridos no período de 2007 a 2010 é inferior à mediana da sequência de dados apresentada no gráfico.

Comentários:

A média do número de acidentes é:

$$Média = \frac{Soma}{quantidade}$$

$$Média = \frac{129 + 141 + 159 + 183}{4}$$

$$Média = \frac{612}{4}$$

$$Média = 153$$

Para obter a mediana, devemos começar escrevendo os dados em ordem crescente:

$$110, 111, 129, 141, 159, 183, 189$$

Veja que temos $n = 7$ valores. Trata-se de uma quantidade ímpar de valores, de modo que a POSIÇÃO da mediana é:

$$Posição\ da\ mediana = \frac{n+1}{2}$$

$$Posição\ da\ mediana = \frac{7+1}{2} = 4$$

Assim, a mediana é o termo da 4ª posição. Na ordem crescente que fizemos acima, o 4º termo é o 141. Portanto, a média é 153 e a mediana é 141. Deste modo, a média é superior à mediana.

Afirmativa: Incorreta.

19. (CESPE / PRF - 2013)

Os valores associados aos anos de 2008, 2009 e 2010 estão em progressão aritmética.

Comentários:

Sabemos que, em uma progressão aritmética, a subtração entre um termo da sequência e o seu anterior é sempre o mesmo valor, que chamamos de razão da progressão.

Os valores associados a 2008, 2009 e 2010 são:

$$141, 159, 183$$

Veja que:

$$159 - 141 = 18$$

$$183 - 159 = 24$$

Repare que a razão não se mantém, de modo que não temos uma progressão aritmética.

Afirmativa: Incorreta.

20. (CESPE / PRF - 2013)

O número de acidentes ocorridos em 2008 foi, pelo menos, 26% maior que o número de acidentes ocorridos em 2005.

Comentários:

Em 2008 tivemos 141 acidentes, e em 2005 tivemos 110. Portanto, em 2008 tivemos 31 acidentes a mais. Percentualmente, em relação ao ano de 2005, isto representa um aumento de:

$$P = 31 / 110$$

$$P = 28,18\%$$

De fato é verdade que em 2008 tivemos um número de acidentes mais de 26% maior do que em 2005.

Afirmativa: Correta.

Considere que, em 2009, tenha sido construído um modelo linear para a previsão de valores futuros do número de acidentes ocorridos nas estradas brasileiras. Nesse sentido, suponha que o número de acidentes no ano t seja representado pela função $F(t) = At + B$, tal que $F(2007) = 129.000$ e $F(2009) = 159.000$. Com base nessas informações e no gráfico apresentado, julgue os itens a seguir.

21. (CESPE / PRF - 2013)

A diferença entre a previsão para o número de acidentes em 2011 feita pelo referido modelo linear e o número de acidentes ocorridos em 2011 dado no gráfico é superior a 8.000.

Comentários:

Foi dito que temos um modelo linear. Repare que este modelo prevê que em 2007 temos 129.000 acidentes, e dois anos depois (em 2009) temos 159.000 acidentes, ou seja, 30.000 acidentes a mais. Assim, dois anos depois (em 2011), o modelo certamente vai nos dizer que temos 30.000 acidentes a mais, ou seja,

$$F(2011) = 159.000 + 30.000 = 189.000 \text{ acidentes}$$

O gráfico nos informa que em 2011 tivemos exatamente 189.000 acidentes! Portanto, não há diferença entre a previsão feita pelo modelo e o número obtido no gráfico.

Afirmativa: Incorreta.

22. (CESPE / PRF - 2013)

O valor da constante A em $F(t)$ é superior a 14.500.

Comentários:

Temos uma função do tipo $F(t) = At + B$, e sabemos que $F(2007) = 129.000$. Ou seja, quando $t = 2007$, temos $F(t) = 129.000$. Assim:

$$F(t) = At + B$$

$$F(2007) = Ax2007 + B$$

$$129.000 = Ax2007 + B$$

$$B = 129.000 - Ax2007$$

Também sabemos que $F(2009) = 159.000$, ou seja,

$$F(2009) = Ax2009 + B$$

$$159.000 = Ax2009 + B$$

Como vimos anteriormente que $B = 129.000 - Ax2007$, podemos efetuar a seguinte substituição nesta última equação:

$$159.000 = Ax2009 + (129.000 - Ax2007)$$

$$159.000 = Ax(2009 - 2007) + 129.000$$

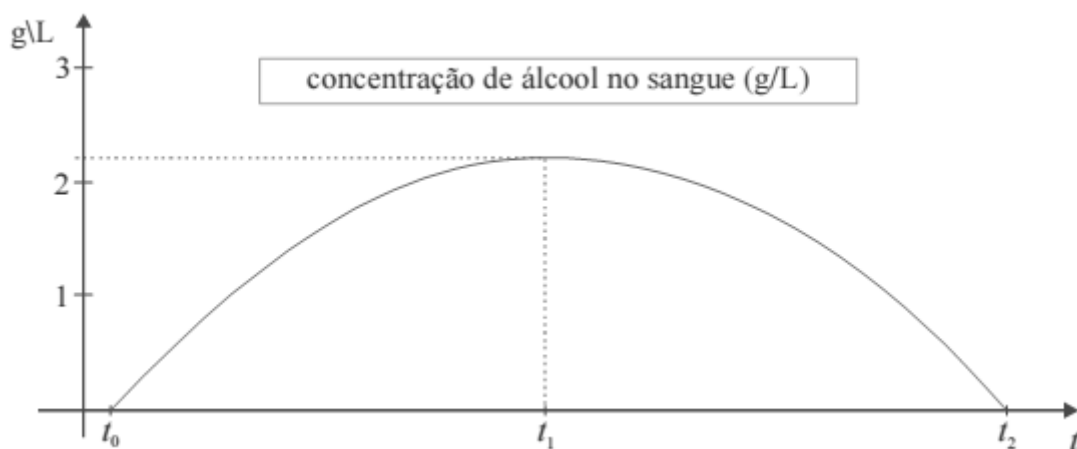
$$159.000 - 129.000 = 2xA$$

$$30.000 = 2xA$$

$$A = 15.000$$

Ou seja, A é um valor maior do que 14.500.

Afirmativa: Correta.



Considere que o nível de concentração de álcool na corrente sanguínea, em g/L, de uma pessoa, em função do tempo t , em horas, seja expresso por $N = -0,008(t^2 - 35t + 34)$. Considere, ainda, que essa pessoa tenha começado a ingerir bebida alcoólica a partir de $t = t_0(N(t_0) = 0)$, partindo de um estado de sobriedade, e que tenha parado de ingerir bebida alcoólica em $t = t_1$, voltando a ficar sóbria em $t = t_2$. Considere, por fim, a figura acima, que apresenta o gráfico da função $N(t)$ para $t \in [t_0, t_2]$. Com base nessas informações e tomando 24,3 como valor aproximado de $\sqrt{589}$, julgue os itens que se seguem.

23. (CESPE / PRF - 2013)

O nível de concentração mais alto de álcool na corrente sanguínea da referida pessoa ocorreu em $t = t_1$ com $t_1 > 18$ horas.

Comentários:

Veja que t_1 demarca o vértice da parábola. A abscissa do vértice da parábola $t^2 - 35t + 34$ é dado por:

$$t \text{ do vértice} = -\frac{b}{2a} = -\frac{-35}{2 \cdot 1} = 17,5$$

Portanto, o pico se deu em $t = 17,5$ horas.

Afirmativa: Incorreta.

24. (CESPE / PRF - 2013)

O nível de concentração de álcool na corrente sanguínea da pessoa em questão foi superior a 1 g/L por pelo menos 23 horas.

Comentários:

Podemos descobrir os valores de t para que a função tenha o valor de 1 g/L a partir da seguinte igualdade:

$$1 = -0,008(t^2 - 35t + 34)$$

$$-1/0,008 = t^2 - 35t + 34$$

$$-125 = t^2 - 35t + 34$$

$$t^2 - 35t + 159 = 0$$

Pela fórmula de Baskara, temos:

$$t = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$
$$t = \frac{-(-35) \pm \sqrt{(-35)^2 - 4.1.(159)}}{2.1}$$
$$t = \frac{35 \pm \sqrt{1225 - 636}}{2}$$
$$t = \frac{35 \pm \sqrt{589}}{2}$$
$$t = \frac{35 \pm 24,3}{2}$$
$$t = \frac{35 + 24,3}{2} = 29,65$$

ou

$$t = \frac{35 - 24,3}{2} = 5,35$$

Portanto, a concentração é superior a 1g/L entre 5,35h e 29,65h. Este é um período de 24,3 horas, portanto superior a 23 horas.

Afirmativa: Correta.

25. (CESPE / PRF - 2013)

O valor de t_2 é inferior a 36.

Comentários:

Podemos obter o valor de t_2 calculando as raízes da equação:

$$0 = -0,008 (t^2 - 35t + 34)$$
$$0 = t^2 - 35t + 34$$
$$t = \frac{-(-35) \pm \sqrt{(-35)^2 - 4.1.(34)}}{2.1}$$
$$t = \frac{35 \pm \sqrt{1225 - 136}}{2}$$
$$t = \frac{35 \pm \sqrt{1089}}{2}$$
$$t = \frac{35 \pm 33}{2}$$

$$t = \frac{35 + 33}{2} = 34$$

ou

$$t = \frac{35 - 33}{2} = 1$$

Portanto, veja t_2 é mesmo inferior a 36.

Afirmativa: Correta.

Direito Constitucional – Profs. Ricardo Vale e Nádia Carolina

No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

26. (CESPE / PRF - 2013)

O mecanismo denominado sistema de freios e contrapesos é aplicado, por exemplo, no caso da nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuição do presidente da República e dependente da aprovação pelo Senado Federal.

Comentários:

A independência entre os Poderes não é absoluta, mas sim limitada pelo “sistema de freios e contrapesos”, que consiste em formas de interferência legítima de um Poder sobre outro. Um exemplo que ilustra o “sistema de freios e contrapesos” é a necessidade de aprovação do Senado para que alguém seja nomeado Ministro do STF.

Afirmativa: Correta.

27. (CESPE / PRF - 2013)

A liberdade de exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é um exemplo de norma constitucional de eficácia limitada.

Comentários:

A liberdade profissional é uma norma de **eficácia contida**, uma vez que a lei, ao estabelecer qualificações profissionais que devem ser atendidas, está restringindo o exercício desse direito.

Afirmativa: Incorreta.

28. (CESPE / PRF - 2013)

Decorre do princípio constitucional fundamental da independência e harmonia entre os poderes a impossibilidade de que um poder exerça função típica de outro, não podendo, por exemplo, o Poder Judiciário exercer a função administrativa.

Comentários:

O sistema de separação de poderes adotado pelo Brasil é flexível, já que os Poderes, além de exercerem suas funções típicas, também desempenham funções atípicas. O Poder Judiciário pode, sim, exercer a função administrativa.

Afirmativa: Incorreta.

29. (CESPE / PRF - 2013)

No que se refere às relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da igualdade entre os Estados, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da concessão de asilo político, entre outros.

Comentários:

Os princípios das relações internacionais adotados pelo Brasil estão elencados no art. 4º, CF/88. Dentre eles estão a igualdade entre os Estados, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

Afirmativa: Correta.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

30. (CESPE / PRF - 2013)

Consideram-se brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Comentários:

Segundo o art. 12, I, alínea "c", são **brasileiros natos** os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Afirmativa: Incorreta.

31. (CESPE / PRF - 2013)

No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Comentários:

É o que prevê o art. 5º, XXV, CF/88. A **requisição administrativa** é cabível diante de iminente perigo público, ocasião em que a autoridade competente poderá usar de propriedade particular. Na requisição administrativa, a indenização será devida posteriormente, apenas se houver dano.

Afirmativa: Correta.

32. (CESPE / PRF - 2013)

O estrangeiro condenado por autoridades estrangeiras pela prática de crime político poderá ser extraditado do Brasil se houver reciprocidade do país solicitante.

Comentários:

Nenhum estrangeiro será extraditado por crime político ou de opinião (art. 5º, LII, CF/88).

Afirmativa: Incorreta.

33. (CESPE / PRF - 2013)

Aos que comprovem insuficiência de recursos é assegurada a gratuidade na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

Comentários:

O art. 5º, LXXIV, CF/88, estabelece que "*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*".

Afirmativa: Correta.

34. (CESPE / PRF - 2013)

Somente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país é assegurado o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Comentários:

Os estrangeiros não-residentes também são titulares de direitos fundamentais e, portanto, poderão usufruir do direito de petição.

Afirmativa: Incorreta.

A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue os itens que se seguem.

35. (CESPE / PRF - 2013)

O Distrito Federal (DF) é ente federativo autônomo, pois possui capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, sendo vedado subdividi-lo em municípios.

Comentários:

É isso mesmo. O Distrito Federal é um ente federativo **dotado de autonomia política**, a qual se manifesta por meio de 4 (quatro) aptidões: auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação.

Afirmativa: Correta.

36. (CESPE / PRF - 2013)

Conforme o STF, a responsabilidade civil das empresas prestadoras de serviço público é objetiva, mesmo em relação a terceiros não usuários do serviço público.

Comentários:

Segundo o STF, *"a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários, e não usuários do serviço"*.

Afirmativa: Correta.

37. (CESPE / PRF - 2013)

Os atos de improbidade administrativa importarão ao agente a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Comentários:

As consequências da improbidade administrativa são as seguintes: perda da função pública, suspensão de direitos políticos, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário. Essas sanções são aplicadas sem prejuízo da ação penal cabível.

Afirmativa: Correta.

38. (CESPE / PRF - 2013)

Em se tratando de matéria para a qual se preveja a competência legislativa concorrente, a CF autoriza os estados a exercerem a competência legislativa plena para atenderem a suas peculiaridades se inexistir lei federal sobre normas gerais.

Comentários:

No âmbito da competência concorrente, cabe à União editar as normas gerais; aos estados, cabe exercer a competência suplementar. Diante da ausência da lei federal de normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena.

Afirmativa: Correta.

No que concerne ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsecutivos.

39. (CESPE / PRF - 2013)

Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, os estados ou o DF.

Comentários:

É **competência originária do STF** processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território (art. 102, I, alínea "e").

Afirmativa: Incorreta.

40. (CESPE / PRF - 2013)

Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e comutar penas, ouvidos, se necessário, os órgãos instituídos em lei.

Comentários:

O Presidente da República tem competência para conceder indulto e comutar penas (art. 84, XII, CF/88).

Afirmativa: Correta.

Ética – Prof. Paulo Guimarães

A respeito da ética no serviço público, julgue os itens subsequentes.

41. (CESPE / PRF - 2013)

Considere que os usuários de determinado serviço público tenham formado longas filas à espera de atendimento por determinado servidor

que, embora responsável pelo setor, não viabilizou o atendimento. Nessa situação, segundo dispõe a legislação de regência, a atitude do servidor caracteriza conduta contrária à ética e ato de desumanidade, mas não grave dano moral aos usuários do serviço.

Comentários:

As questões de Ética podem ser conceituais ou diretamente retiradas de normativos. No caso da nossa questão, estamos diante de uma questão retirada diretamente do Decreto n. 1.171/1994, que instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. O Código menciona as longas filas especificamente em seu inciso X. Segundo as regras deontológicas, deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de **longas filas**, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas **principalmente grave dano moral** aos usuários dos serviços públicos.

Afirmativa: Incorreta.

42. (CESPE / PRF - 2013)

O elemento ético deve estar presente na conduta de todo servidor público, que deve ser capaz de discernir o que é honesto e desonesto no exercício de sua função.

Comentários:

Segundo o inciso II, que também trata das regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, **o servidor público jamais poderá desprezar o elemento ético de sua conduta**. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas **principalmente entre o honesto e o desonesto**, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

Afirmativa: Correta.

No que se refere aos deveres do servidor público, previstos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os próximos itens.

43. (CESPE / PRF - 2013)

Os registros que consistiram em objeto de apuração e aplicação de penalidade referentes à conduta ética do servidor devem ficar

arquivados junto à comissão de ética e não podem ser fornecidos a outras unidades do órgão a que se encontre vinculado o servidor.

Comentários:

Segundo o inciso XVII do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que trata das comissões de ética, estas têm a incumbência de **fornecer** aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

Afirmativa: Incorreta.

44. (CESPE / PRF - 2013)

Estará sujeito à penalidade de censura, a qual é aplicada pela comissão de ética, mediante parecer assinado por todos os seus integrantes, o servidor que violar algum de seus deveres funcionais.

Comentários:

A **ÚNICA** penalidade que pode ser aplicada pela Comissão de Ética é a **censura ética**, nos termos do inciso XXII do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além disso, a aplicação da pena depende de parecer da comissão, que deverá ser assinado por todos os seus integrantes.

Afirmativa: Correta.

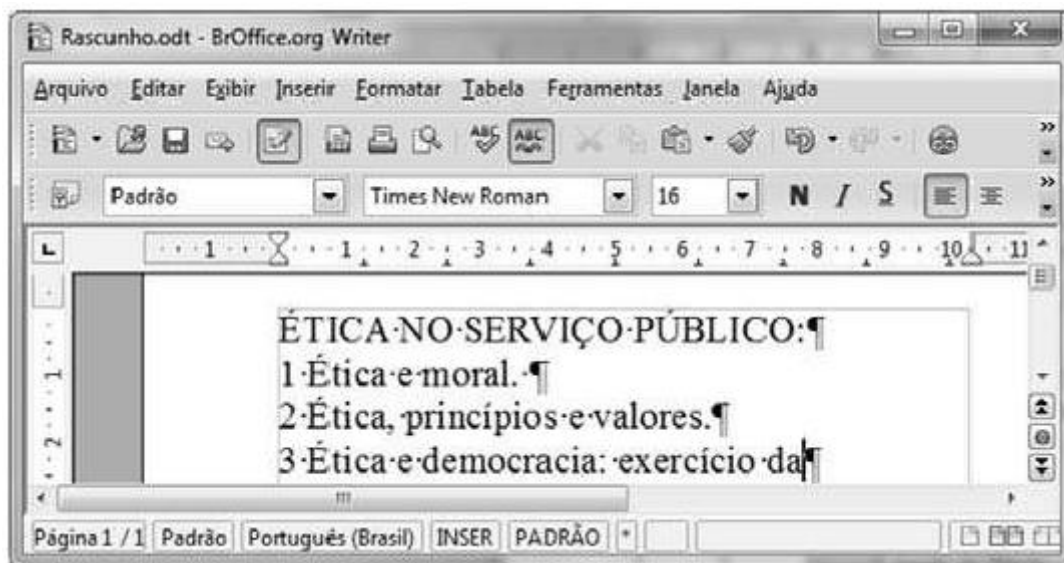
45. (CESPE / PRF - 2013)

A publicidade de ato administrativo, qualquer que seja sua natureza, constitui requisito de eficácia e moralidade.

Comentários:

O inciso VII do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal traz a **publicidade** como requisito de eficácia e oralidade do ato administrativo, mas o próprio dispositivo faz ressalva aos casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso.

Afirmativa: Incorreta.

Informática – Prof. Victor Dalton

Tendo como referência a figura acima, que ilustra uma janela do BrOffice.org Writer com um texto em edição, julgue os itens a seguir.

46. (CESPE / PRF - 2013)

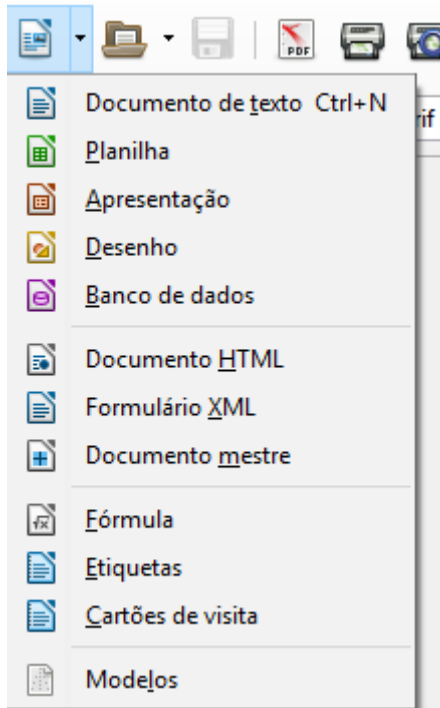
Na situação da janela apresentada, para se criar um novo documento, em branco, é suficiente clicar, com o botão esquerdo do *mouse*, o botão



, que está localizado logo abaixo do menu **Arquivo**.

Comentários:

Este procedimento irá sugerir ao usuário que tipo de documento novo ele quer abrir.



Afirmativa: Correta.

47. (CESPE / PRF - 2013)

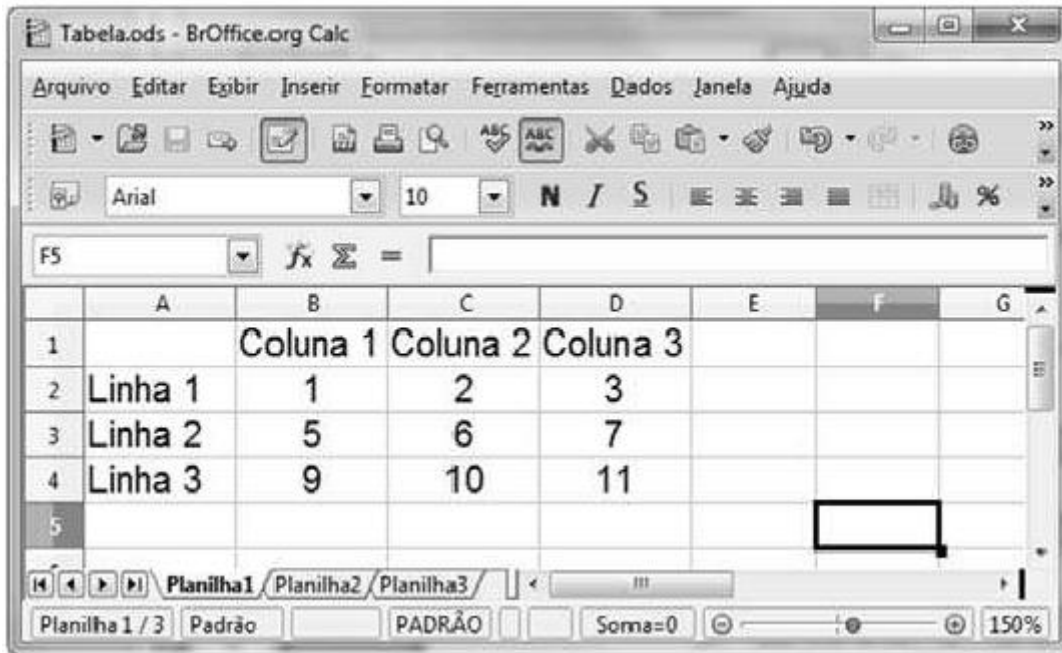
Na situação mostrada na figura, para se aplicar negrito à palavra “valores”, é suficiente aplicar, com o botão esquerdo do *mouse*, um clique duplo sobre a palavra, pressionar e manter pressionada a tecla

 e teclar .

Comentários:

No LibreOffice, as teclas de atalho estão em “inglês”. Enquanto, no Microsoft Office, negrito é CTRL + N (negrito), no LibreOffice é CTRL + B (bold).




Afirmativa: Correta.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Broffice.org Calc com uma planilha em edição, julgue o item abaixo.

48. (CESPE / PRF - 2013)

Na planilha em questão, as células E3 e F4 serão preenchidas com os valores 7 e 17, respectivamente, após a execução da seguinte sequência de ações: clicar a célula E3; digitar $=B2+C3$ e, em seguida,

teclar ; clicar novamente a célula E3; clicar o botão ; clicar a célula F4; e clicar o botão .

Comentários:

Ao digitar $=B2+C3$ em E3, somar-se-á $1 + 6$, e teremos **7** em E3.

Quando se clica novamente em E3, clica-se no botão COPIAR, e COLA-se a fórmula em F4, ocorre modificação da fórmula copiada, em virtude da referência relativa do Excel.

No caso, como houve deslocamento de uma coluna para a direita e de uma linha para baixo (E3->F4), $=B2+C3$ transformar-se-á em $=C3+D4$.

No caso, teremos $6+11$, que dará **17**.

Afirmativa: Correta.



Tendo como referência a figura acima, que mostra uma janela do Google Chrome, julgue os itens subsequentes, a respeito de redes de computadores e segurança da informação.

49. (CESPE / PRF - 2013)


Ao contrário de um vírus de computador, que é capaz de se autorreplicar e não necessita de um programa hospedeiro para se propagar, um *worm* não pode se replicar automaticamente e necessita de um programa hospedeiro.

Comentários:

Worms, ao contrário dos vírus, são autorreplicantes, e não precisam de um programa para hospedar-se. Houve inversão de conceitos na questão.

Afirmativa: Incorreta.

50. (CESPE / PRF - 2013)

Na situação mostrada na figura, ao se clicar o botão , todos os arquivos com extensão .doc que estiverem na área de transferência do Windows serão armazenados em nuvem (*cloud storage*).

Comentários:

Este é o botão que abre o Menu do Chrome, e em nada se relaciona com o procedimento absurdo que a assertiva insinua.

Afirmativa: Incorreta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Nos itens que avaliam **conhecimentos específicos**, a sigla PRF, sempre que empregada, refere-se à Polícia Rodoviária Federal ou a policial rodoviário federal, conforme o contexto.

Direito Administrativo – Prof. Erick Alves

Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que trafegava em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

51. (CESPE / PRF - 2013)

Em razão da responsabilidade civil objetiva da administração, o PRF será obrigado a ressarcir os danos causados à administração e a terceiros, independentemente de ter agido com dolo ou culpa.

Comentários:

Quem será obrigado a ressarcir os danos causados a terceiros pela atuação de agentes públicos é o Estado, no caso em apreço, a União. O PRF, por sua vez, só responderá em ação regressiva, e somente será condenado nessa ação se tiver agido com dolo ou culpa.

Afirmativa: Incorreta.

52. (CESPE / PRF - 2013)

Não poderá ser objeto de delegação a decisão referente a recurso administrativo interposto pelo PRF contra decisão que lhe tiver aplicado penalidade em razão do acidente.

Comentários:

A Lei 9.784/99 enumera determinados atos que **não** podem ser objeto de delegação, dentre os quais a decisão de recursos administrativos, daí a correção do item. Para fins de clareza, vamos reproduzir o dispositivo da lei que contém essa informação:

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

A impossibilidade de delegar a decisão de recursos administrativos decorre do fato de que o recurso é decorrência da hierarquia e há de

ser decidido por cada instância separadamente, sob pena de perder o sentido; se a autoridade superior pudesse delegar a decisão do recurso, estaria praticamente extinguindo uma instância recursal.

Afirmativa: Correta.

53. (CESPE / PRF - 2013)

Ainda que seja absolvido por ausência de provas em processo penal, o PRF poderá ser processado administrativamente por eventual infração disciplinar cometida em razão do acidente.

Comentários:

Comentário: A absolvição por "ausência de provas" em processo penal **não** vincula a decisão na esfera administrativa, ou seja, o servidor poderá ser condenado administrativamente ainda que tenha sido absolvido na esfera penal pelos mesmos fatos. A absolvição penal somente vincularia a esfera administrativa caso tivesse como fundamento a negativa do fato ou a negativa de autoria, o que não foi o caso da questão.

Afirmativa: Correta.

A respeito da organização do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da natureza dos atos praticados por seus agentes, julgue os itens que se seguem.

54. (CESPE / PRF - 2013)

Praticado ato ilegal por agente da PRF, deve a administração revogá-lo.

Comentários:

O ato ilegal deve ser anulado, e não revogado. A revogação é controle de mérito, incidindo sobre atos legais que tenham se tornado inconvenientes e inoportunos.

Afirmativa: Incorreta.

55. (CESPE / PRF - 2013)

Por ser órgão do Ministério da Justiça, a PRF é órgão do Poder Executivo, integrante da administração direta.

Comentários:

A administração direta é composta por órgãos despersonalizados, criados por **desconcentração**. É assim que o Poder Executivo se divide em Ministérios e estes em diversos órgãos menores, como o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Afirmativa: Correta.

56. (CESPE / PRF - 2013)

Os atos praticados pelos agentes públicos da PRF estão sujeitos ao controle contábil e financeiro do Tribunal de Contas da União.

Comentários:

Nos termos do art. 71 da CF, o Tribunal de Contas da União possui competência para realizar o controle contábil, operacional, financeiro, orçamentário e patrimonial da Administração Pública Federal, fiscalizando os atos praticados pelos agentes responsáveis pela gestão de recursos públicos federais, dentre estes os servidores da PRF.

Afirmativa: Correta.

No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue os próximos itens.

57. (CESPE / PRF - 2013)

Anulado o ato de demissão, o servidor estável será reintegrado ao cargo por ele ocupado anteriormente, exceto se o cargo estiver ocupado, hipótese em que ficará em disponibilidade até aproveitamento posterior em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis.

Comentários:

A resposta está no art. 28 da Lei 8.112/1990:

*Art. 28. A **reintegração** é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.*

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

*§ 2º **Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.***

Portanto, quem fica no cargo é o servidor reintegrado, e não o eventual ocupante. Este sim é que, se estável, poderá ser reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade.

Afirmativa: Incorreta.

58. (CESPE / PRF - 2013)

O servidor público federal investido em mandato eletivo municipal somente será afastado do cargo se não houver compatibilidade de horário, sendo-lhe facultado, em caso de afastamento, optar pela sua remuneração.

Comentários:

Nos termos do art. 38, da CF, caso o servidor público seja eleito para o cargo de **vereador, havendo compatibilidade de horários**, poderá perceber as vantagens de seu cargo (efetivo ou em comissão), emprego ou função **juntamente** com a remuneração de vereador; por outro lado, **não havendo compatibilidade**, o servidor será **afastado** do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado **optar pela remuneração** de origem ou pelo subsídio correspondente ao cargo de vereador.

Afirmativa: Correta.

59. (CESPE / PRF - 2013)

Não é possível a aplicação de penalidade a servidor inativo, ainda que a infração funcional tenha sido praticada anteriormente à sua aposentadoria.

Comentários:

O servidor inativo que tenha praticado, quando em atividade, uma infração punível com a demissão, está sujeito a sofrer a pena de **cassação de aposentadoria**.

Afirmativa: Incorreta.

60. (CESPE / PRF - 2013)

A nomeação para cargo de provimento efetivo será realizada mediante prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos ou, em algumas situações excepcionais, por livre escolha da autoridade competente.

Comentários:

O quesito está errado. A nomeação para cargo de provimento efetivo sempre requer a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. O provimento efetuado por livre escolha da autoridade competente refere-se aos cargos em comissão.

Afirmativa: Incorreta.

No que se refere ao regime jurídico administrativo, julgue os itens subsecutivos.

61. (CESPE / PRF - 2013)

Somente são considerados atos de improbidade administrativa aqueles que causem lesão ao patrimônio público ou importem enriquecimento ilícito.

Comentários:

Os atos de improbidade administrativa podem ser de quatro espécies: (i) que causem lesão ao patrimônio público; (ii) que importem enriquecimento ilícito; (iii) que atentem contra os princípios da Administração Pública; (iv) que concedam benefícios tributários contrários à legislação.

Afirmativa: Incorreta.

62. (CESPE / PRF - 2013)

A administração não pode estabelecer, unilateralmente, obrigações aos particulares, mas apenas aos seus servidores e aos concessionários, permissionários e delegatários de serviços públicos.

Comentários:

No uso do seu **poder de polícia**, a Administração pode sim estabelecer, unilateralmente, obrigações aos particulares. Como exemplo, pode-se citar as regras de trânsito, as normas de vigilância sanitária, a necessidade de autorização para portar arma de fogo etc.

Afirmativa: Incorreta.

Direito Penal – Prof. Renan Araujo

Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue os itens seguintes.

63. (CESPE / PRF - 2013)

Havendo conflito aparente de normas, aplica-se o princípio da subsidiariedade, que incide no caso de a norma descrever várias formas de realização da figura típica, bastando a realização de uma delas para que se configure o crime.

Comentários:

Item errado, pois o princípio da subsidiariedade se aplica quando há duas ou mais normas regulando determinada conduta, de maneira que o aplicador do direito deverá analisar, no caso concreto, qual é a conduta menos abrangente, de forma a aplicar ao caso a norma MAIS ABRANGENTE. Ex.: Furto e roubo. Se, num determinado caso, o agente

subtrair o pertence da vítima mediante violência, estará praticando conduta tipificada tanto pelo furto quanto pelo roubo. Ocorre que a conduta tipificada no crime de roubo é mais abrangente, porque criminaliza a subtração mediante violência ou grave ameaça, enquanto o tipo penal do furto silencia quanto à violência ou grave ameaça. Assim, podemos dizer que o furto é subsidiário em relação ao roubo.

Afirmativa: Incorreta.

64. (CESPE / PRF - 2013)

Considere a seguinte situação hipotética.

Joaquim, plenamente capaz, desferiu diversos golpes de facão contra Manoel, com o intuito de matá-lo, mas este, tendo sido socorrido e levado ao hospital, sobreviveu.

Nessa situação hipotética, Joaquim responderá pela prática de homicídio tentado, com pena reduzida levando-se em conta a sanção prevista para o homicídio consumado.

Comentários:

Item correto, pois o resultado só não ocorreu por circunstâncias alheias à vontade do agente, configurando tentativa (art. 14, II do CP), motivo pelo qual o agente deverá receber uma pena que será a mesma prevista para o crime consumado, diminuída de um a dois terços (art. 14, § único do CP).

Afirmativa: Correta.

65. (CESPE / PRF - 2013)

O princípio da legalidade é parâmetro fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, os tipos penais de tal natureza somente podem ser criados por meio de lei em sentido estrito.

Comentários:

Uma das vertentes do princípio da legalidade é o princípio da reserva legal, que estabelece que os tipos penais incriminadores (bem como aquelas normas que agravam a situação do réu) só podem ser criados por meio de lei em sentido estrito (diploma legislativo de caráter abstrato emanado do Poder Legislativo).

Afirmativa: Correta.

66. (CESPE / PRF - 2013)

A extra-atividade da lei penal constitui exceção à regra geral de aplicação da lei vigente à época dos fatos.

Comentários:

Item correto, pois a extra-atividade pode se dar de duas formas: retroatividade e ultra-atividade.

Quando uma lei é mais benéfica ao réu, ela será aplicada aos fatos praticados ANTES de sua entrada em vigor. Isso é a RETROATIVIDADE.

Da mesma forma, se essa lei vier a ser revogada por uma outra, mais grave, essa lei revogada vai continuar sendo aplicada aos fatos praticados durante sua vigência (e também aos anteriores), pelo princípio da ULTRATIVIDADE da lei mais benéfica.

Em ambos os casos estará sendo aplicada ao fato criminoso uma norma que não vigorava no momento da prática do crime.

Afirmativa: Correta.

67. (CESPE / PRF - 2013)

Considere que um indivíduo penalmente capaz, em total estado de embriaguez, decorrente de caso fortuito, atropela um pedestre, causando-lhe a morte. Nessa situação, a embriaguez não exclua imputabilidade penal do agente.

Comentários:

Item errado, pois se a embriaguez era total e era decorrente de caso fortuito (embriaguez acidental), o agente é considerado inimputável, nos termos do art. 28, §1º do CP.

Afirmativa: Incorreta.

68. (CESPE / PRF - 2013)

O ordenamento jurídico brasileiro prevê a possibilidade de ocorrência de tipicidade sem antijuridicidade, assim como de antijuridicidade sem culpabilidade.

Comentários:

Item correto, pois o crime é dividido, de acordo com seu conceito analítico, em três partes: fato típico (tipicidade), antijuridicidade e culpabilidade. Assim, é possível que estejam presentes apenas os dois primeiros, apenas o primeiro, os três, ou nenhum dos elementos. Todavia, um é pressuposto do seguinte, de forma que o terceiro elemento (culpabilidade) não pode existir sem os dois primeiros, nem o segundo elemento (antijuridicidade) pode existir sem o primeiro (fato típico).

Afirmativa: Correta.

69. (CESPE / PRF - 2013)

Em relação ao concurso de pessoas, o CP adota a teoria monista, segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma mesma infração penal cometem um único crime, distinguindo-se, entretanto, os autores do delito dos partícipes.

Comentários:

O item está correto. O CP adota, como regra, a teoria monista no concurso de agentes, de forma que todos os que participam de uma conduta criminosa respondem pelo mesmo delito, embora existam exceções pontuais. Além disso, o CP adota também a teoria diferenciadora, distinguindo autores (aqueles que praticam o núcleo do tipo penal) e partícipes (aqueles que prestam auxílio na prática da conduta), num conceito restritivo de autor.

Afirmativa: Correta.

No que se refere aos delitos previstos na parte especial do CP, julgue os itens de 70 a 74.

70. (CESPE / PRF - 2013)

Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro e Marcus, penalmente responsáveis, foram flagrados pela polícia enquanto subtraíam de Antônio, mediante ameaça com o emprego de arma de fogo, um aparelho celular e a importância de R\$ 300,00. Pedro, que portava o celular da vítima, foi preso, mas Marcus conseguiu fugir com a importância subtraída.

Nessa situação hipotética, Pedro e Marcus, em conluio, praticaram o crime de roubo tentado.

Comentários:

Item errado, pois ambos praticaram o delito de roubo na forma consumada, eis que a doutrina e a jurisprudência passaram a entender que não é necessária a posse mansa e pacífica da res furtiva (coisa subtraída) para a consumação do delito, bastando que o infrator se apodere da coisa.

Afirmativa: Incorreta.

71. (CESPE / PRF - 2013)

Considere a seguinte situação hipotética.

Aproveitando-se da facilidade do cargo por ele exercido em determinado órgão público, Artur, servidor público, em conluio com

Maria, penalmente responsável, subtraiu dinheiro da repartição pública onde trabalha. Maria, que recebeu parte do dinheiro subtraído, desconhecia ser Artur funcionário público.

Nessa situação hipotética, Artur cometeu o crime de peculato e Maria, o delito de furto.

Comentários:

O item está correto. Ambos praticaram a conduta prevista no art. 312, §1º do CP, que caracteriza o delito de peculato (modalidade peculato-furto):

Peculato

Art. 312 - *Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:*

Pena - *reclusão, de dois a doze anos, e multa.*

Contudo, Maria não possui a condição de “funcionário público”, que é elementar do tipo penal. Além disso, Maria não sabe que seu comparsa é funcionário público, devendo responder apenas por furto (art. 155 do CP). Caso Maria soubesse que seu comparsa era funcionário público, responderia juntamente com ele por peculato-furto.

Afirmativa: Correta.

72. (CESPE / PRF - 2013)

O crime de concussão configura-se com a exigência, por funcionário público, de vantagem indevida, ao passo que, para a configuração do crime de corrupção passiva, basta que ele solicite ou receba a vantagem, ou, ainda, aceite promessa de recebê-la.

Comentários:

O item está correto. Na concussão o agente EXIGE a vantagem indevida. Na corrupção passiva ele solicita, aceita promessa ou apenas recebe a vantagem indevida. Vejamos:

Concussão

Art. 316 - *Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:*

Corrupção passiva

Art. 317 - *Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas*

em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Afirmativa: Correta.

73. (CESPE / PRF - 2013)

Em se tratando do crime de furto mediante fraude, a vítima, ludibriada, entrega, voluntariamente, a coisa ao agente. No crime de estelionato, a fraude é apenas uma forma de reduzir a vigilância exercida pela vítima sobre a coisa, de forma a permitir a sua retirada.

Comentários:

O item está errado, pois as definições estão trocadas. No furto mediante fraude o infrator, através da fraude, distrai a vítima, de forma a fazer com que esta reduza sua vigilância sobre a coisa. No estelionato o infrator, por meio da fraude, faz com que a vítima entregue a coisa por livre vontade.

Afirmativa: Incorreta.

74. (CESPE / PRF - 2013)

Considera-se crime hediondo o homicídio culposo na condução de veículo automotor, quando comprovada a embriaguez do condutor.

Comentários:

Item errado, pois o homicídio culposo não é considerado crime hediondo, pois não está elencado no rol taxativo do art. 1º da Lei 8.072/90.

Afirmativa: Incorreta.

Processo Penal – Prof. Renan Araujo

No que concerne às disposições preliminares do Código de Processo Penal (CPP), ao inquérito policial e à ação penal, julgue os próximos itens.

75. (CESPE / PRF - 2013)

Tratando-se de lei processual penal, não se admite, salvo para beneficiar o réu, a aplicação analógica.

Comentários:

A aplicação analógica é perfeitamente admitida no processo penal, independentemente de beneficiar ou não o réu, nos termos do art. 3º do CPP:

Art. 3º *A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.*

Afirmativa: Incorreta.

76. (CESPE / PRF - 2013)

Após regular instrução processual, mesmo que se convença da falta de prova de autoria do crime que inicialmente atribuíra ao acusado, não poderá o Ministério Público desistir da ação penal.

Comentários:

O item está correto. O MP não pode desistir da ação penal, pelo princípio da indisponibilidade da ação penal pública.

Vejamos:

Art. 42. *O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.*

Contudo, nada impede que o MP requeira ao Juiz a absolvição do acusado.

Afirmativa: Correta.

77. (CESPE / PRF - 2013)

O Ministério Público pode oferecer a denúncia ainda que não disponha do inquérito relatado pela autoridade policial.

Comentários:

Item correto, pois o IP é peça DISPENSÁVEL ao ajuizamento da ação penal, de forma que se o MP entende já possuir os elementos de prova suficientes, poderá ajuizar a denúncia mesmo antes da conclusão do IP.

Afirmativa: Correta.

78. (CESPE / PRF - 2013)

É condicionada à representação da vítima a ação penal por crime de dano praticado contra ônibus de transporte coletivo pertencente a empresa concessionária de serviço público.

Comentários:

Item errado, pois nesse caso temos hipótese de ação penal pública incondicionada, nos termos do art. 163, § único, III c/c art. 167 do CP.

Afirmativa: Incorreta.

A respeito das espécies de prisão e do habeas corpus, julgue os itens que se seguem.

79. (CESPE / PRF - 2013)

O habeas corpus pode ser impetrado, perante qualquer instância do Poder Judiciário, por qualquer pessoa do povo em favor de outrem, podendo, ainda, a autoridade judicial competente concedê-lo de ofício.

Comentários:

Item correto, pois o HC pode ser ajuizado por qualquer pessoa em favor de outra pessoa (ou dela própria), perante qualquer instância do Poder Judiciário (respeitadas as regras de competência), podendo ser, ainda, concedida a ordem de habeas corpus de ofício, ou seja, sem que haja requerimento de ninguém, nos termos do art. 654 e seu §2º do CPP.

Afirmativa: Correta.

80. (CESPE / PRF - 2013)

O juiz poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar sempre que a agente for gestante.

Comentários:

DESATUALIZADA.

Quando da aplicação da prova o item estava errado (pois havia outros requisitos). Atualmente o item estaria correto, nos termos do art. 318, IV do CPP.

Afirmativa: Correta.

81. (CESPE / PRF - 2013)

A prisão temporária só poderá ser decretada mediante representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público, vedada sua decretação de ofício pelo juiz.

Comentários:

Item correto, pois o Juiz não pode decretar a prisão temporária *ex officio*, ou seja, sem que haja requerimento da autoridade policial ou do MP, nos termos do art. 2º da Lei 7.960/89.

Afirmativa: Correta.

Com base no disposto no CPP e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os seguintes itens.

82. (CESPE / PRF - 2013)

A prova declarada inadmissível pela autoridade judicial por ter sido obtida por meios ilícitos deve ser juntada em autos apartados dos principais, não podendo servir de fundamento à condenação do réu.

Comentários:

Pela redação do art. 157 §3º do CPP, a prova, neste caso, deverá ser inutilizada, e não juntada em autos apartados. Vejamos:

Art. 157. *São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008)*

(...)

§ 3º *Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)*

Afirmativa: Incorreta.

83. (CESPE / PRF - 2013)

Em processo por crime de responsabilidade de funcionário público, o juiz pode rejeitar a denúncia oferecida pelo Ministério Público caso se convença, após análise dos documentos apresentados pelo acusado em resposta à denúncia, da inexistência do crime apurado.

Comentários:

Item correto, pois essa é a exata previsão do art. 516 do CPP:

Art. 516. *O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.*

Afirmativa: Correta.

84. (CESPE / PRF - 2013)

Compete à justiça federal processar e julgar a contravenção penal praticada em detrimento de bens e serviços da União.

Comentários:

O item está errado, pois a Justiça Federal não possui competência *ratione materiae* (em razão da matéria) para o processo e julgamento

de contravenções penais, tendo o art. 109, IV da CRFB expressamente excluído as contravenções penais:

Art. 109. *Aos juízes federais compete processar e julgar:*

(...) IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

Afirmativa: Incorreta.

Legislação Especial – Prof. Marcos Girão

No que concerne ao abuso de autoridade e ao Estatuto do Desarmamento, julgue os itens a seguir.

85. (CESPE / PRF - 2013)

Supondo que determinado cidadão seja responsável pela segurança de estrangeiros em visita ao Brasil e necessite de porte de arma, a concessão da respectiva autorização será de competência do ministro da Justiça.

Comentários:

Nessa a banca se perdeu no gabarito preliminar. Primeiro deu como correta e depois voltou atrás, alterando-a para “errada”.

Vimos que o art. 9º do Estatuto estabelece que compete ao **Ministério** da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil.

Dizer que compete ao **Ministério** não significa dizer que o ato de autorização tenha que ser necessariamente praticado necessariamente pelo Ministro da Justiça, não é mesmo? Tal ato pode ser delegado a outro agente do Ministério e, portanto, erra a questão ao “amarar” tal feito à pessoa do Ministro da Justiça.

Afirmativa: Incorreta.

86. (CESPE / PRF - 2013)

Considere que um PRF aborde o condutor de um veículo por este trafegar acima da velocidade permitida em rodovia federal. Nessa situação, se demorar em autuar o condutor, o policial poderá responder por abuso de autoridade, ainda que culposamente.

Comentários:

Vamos rever o que a Lei de Abuso de Autoridade, Lei Federal nº 4.898/65 estabelece em seus arts. 3º e 4º:

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- a) à liberdade de locomoção;*
- b) à inviolabilidade do domicílio;*
- c) ao sigilo da correspondência;*
- d) à liberdade de consciência e de crença;*
- e) ao livre exercício do culto religioso;*
- f) à liberdade de associação;*
- g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;*
- h) ao direito de reunião;*
- i) à incolumidade física do indivíduo;*
- j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.*

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;*
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;*
- c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;*
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;*
- e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;*
- f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;*
- g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;*
- h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;*
- i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.*

Como se pode ver, não há, dentre as condutas configuradoras de abusos de autoridade, a de "demora para a autuação de condutores de

veículos". A banca quis fazer uma gracinha com os candidatos. Uma gracinha, sem graça!

Afirmativa: Incorreta.

A respeito das contravenções penais e da lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, julgue os itens subsequentes.

87. (CESPE / PRF - 2013)

Caso uma pessoa injete em seu próprio organismo substância entorpecente e, em seguida, seja encontrada por policiais, ainda que os agentes não encontrem substâncias entorpecentes em poder dessa pessoa, ela estará sujeita às penas de advertência, prestação de serviço à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Comentários:

Se não forem encontrados vestígios da droga pelos policiais, não há que se falar em caracterização da conduta tipificada no art. 28 da Lei de Drogas. Vamos rever o dispositivo:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Das condutas sublinhadas, a única que caberia no enunciado da questão é a de "trazer consigo". Vimos em nossa aula 00 que "trazer consigo" é transportar a droga junto ao corpo, sem auxílio de outro meio de locomoção, ou ainda, portar a droga consigo, acondicionada em qualquer compartimento que esteja ao alcance imediato do agente. A ideia principal aqui é a disponibilidade de acesso, de uso da droga.

É preciso, assim, que se prove que a droga está de fato injetada na pessoa citada na questão para que ela possa ser enquadrada no tipo acima descrito. Sem comprovação, não há o que fazer! Errada a assertiva!

Afirmativa: Incorreta.

88. (CESPE / PRF - 2013)

Considere que determinado cidadão esteja usando publicamente uniforme de PRF, função pública que ele não exerce. Nessa situação,

para que esse cidadão responda por contravenção penal, é necessário que sua conduta cause efetivo prejuízo para o Estado ou para outra pessoa.

Comentários:

Errado, pois o simples fato de esse cidadão usar publicamente o uniforme de PRF, sem exercer tal cargo, já estará caracterizada a contravenção tipificada no art. 46 da lei de Contravenções Penais. Veja:

Lei de Contravenções Penais

*Art. 46. Usar, publicamente, de **uniforme**, ou distintivo **de função pública que não exerce**;*

Pena – multa, de duzentos a dois mil cruzeiros, se o fato não constitui infração penal mais grave.

Como se pode constatar acima, a tipificação desta contravenção não exige comprovação de *efetivo prejuízo para o Estado ou para outra pessoa*.

Afirmativa: Incorreta.

Julgue os itens seguintes, relativos à lei do crime organizado e a crimes resultantes de preconceitos de raça e cor.

89. (CESPE / PRF - 2013)

Constitui crime o fato de determinado clube social recusar a admissão de um cidadão em razão de preconceito de raça, salvo se o respectivo estatuto atribuir à diretoria a faculdade de recusar propostas de admissão, sem declinação de motivos.

Comentários:

Em seu arts. 1º e 4º, a Lei nº 7.716/89 assim dispõe:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

[....]

*Art. 4º **Negar ou obstar emprego em empresa privada.***

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Não há, portanto, essa ressalva de o respectivo estatuto atribuir à diretoria a faculdade de recusar propostas de admissão, sem declinação de motivos.

Afirmativa: Incorreta.

90. (CESPE / PRF - 2013)

Durante o inquérito policial, é necessária a autorização judicial para que um agente policial se infiltre em organização criminosa com fins investigativos.

Comentários:

Verdadeiríssima! O fundamento você encontra no art. 10 da Lei de Organizações Criminosas, Lei Federal nº 12.850/13.

Segundo esse dispositivo, será admitida a infiltração se houver indícios de infração penal relacionada à organização criminosa e se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.

A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, **será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial**, que estabelecerá seus limites.

Afirmativa: Correta.

Acerca do Estatuto do Idoso e dos juizados especiais criminais, julgue os itens subsecutivos.

91. (CESPE / PRF - 2013)

Os atos processuais dos juizados especiais criminais poderão ser realizados nos finais de semana, à exceção dos domingos e feriados.

Comentários:

Errado!

Vimos aqui que, assim como nos Juizados Especiais Cíveis, nos Criminais os atos processuais praticados são públicos e poderão realizar-se em **horário noturno e em qualquer dia da semana**, conforme dispuserem as normas de organização judiciária (art. 64, Lei 9.099/95).

Como se vê, não há na norma a exceção da regra para os domingos e feriados.

Afirmativa: Incorreta.

92. (CESPE / PRF - 2013)

Se alguém deixar de prestar assistência a idoso, quando for possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, cometerá, em tese, crime de menor potencial ofensivo.

Comentários:

O gabarito deu como Certa a questão e, ao meu ver, a questão está correta mesmo. Professor e a ADI STF 3096? Não invalida a questão??

Bom, segundo a Lei 9.099/95, são crimes de menor potencial ofensivo aqueles cuja pena máxima é de 02 anos. O crime citado na questão (art. 97 do Estatuto do Idoso) tem pena máxima de 01 ano e, em tese, se cometido em sua forma simples, é de menor potencial ofensivo. Bom, mas até antes da ADI 3096/2010, não só esse crime, como todos os demais previstos no Estatuto cujas penas máximas eram iguais ou inferiores a 04 anos, aplicava-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 e, subsidiariamente, no que cabia, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Entenda: os crimes de menor potencial ofensivo continuaram a ser assim classificados e aqueles tipificados no Estatuto cujas penas máximas eram superiores a 02 anos e até 04 anos continuaram como de maior potencial ofensivo, só que com os privilégios da Lei nº 9.099/95 para quem os cometia, ou seja, direito à transação penal, composição civil de danos e rito sumaríssimo (art. 94 do Estatuto).

Acontece que o art. 94 foi contestado no STF pelo Procurador-Geral da República na ADI nº 3096 . A ação foi aceita e a decisão a que se chegou foi a de que aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapassasse 04 anos, aplicaria-se a Lei 9.099/95 **apenas nos aspectos estritamente processuais, não se admitindo, em favor do autor do crime, a incidência de qualquer medida despenalizadora**. Concluiu-se que, dessa forma, o idoso seria beneficiado com a celeridade processual, mas o **autor do crime não seria beneficiado com eventual composição civil de danos, transação penal ou suspensão condicional do processo**.

Dessa forma foi o entendimento do STF, de acordo com o qual, o artigo 94 do Estatuto do Idoso deve ser entendido no sentido de que aos crimes por ele previstos, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 anos, aplica-se a Lei 9.099/95 apenas para aproveitar a celeridade processual (rito sumaríssimo), o que beneficia o idoso.

Assim, após a ADI 3096, deve-se entender o seguinte: aos crimes do Estatuto do Idoso sejam eles de menor potencial ofensivo (pena máxima de 02 anos) ou não (aqueles cuja pena máxima não ultrapasse 04 anos), em relação à Lei 9.099/95, não há mais o que se falar em direito ao acusado de transação penal, composição civil de danos e suspensão condicional do processo. A esse acusado restou o direito aos

procedimentos processuais previstos na Lei 9.099/95. Tudo para dar celeridade e beneficiar o **idoso vítima**.

Isso que dizer, repito, que um crime do Estatuto do Idoso, cuja pena máxima seja de 02 anos, não deixou de ser de menor potencial ofensivo. O que acontece é que o acusado desse crime, em relação à Lei 9.099/95, por força da ADI 3096, só terá direito a ser submetido aos procedimentos processuais (rito sumaríssimo e etc.) da referida norma

Assim, a questão não erra ao afirmar que o crime nela citado (art. 96 do Estatuto, pena máxima de 01 ano) é, em tese, de menor potencial ofensivo. AS explicações acima trazem o pano de fundo para tal entendimento, ok?

Afirmativa: Correta.

Com fundamento na lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher — Lei Maria da Penha — e na Lei dos Crimes Ambientais, julgue os próximos itens.

93. (CESPE / PRF - 2013)

Responderá por crime contra a flora o indivíduo que cortar árvore em floresta considerada de preservação permanente, independentemente de ter permissão para cortá-la, e, caso a tenha, quem lhe concedeu a permissão também estará sujeito às penalidades do respectivo crime.

Comentários:

Para responder à essa questão, é bem simples. É só checar o que estabelece o art. 39 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98):

*Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, **sem permissão da autoridade competente**:*

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Daí conclui-se que, se houver autorização da autoridade competente, será permitido o corte de árvore em floresta considerada de preservação permanente. A questão comete, portanto, dois erros: um em dizer que o crime estará configurado independentemente de autorização e outro em afirmar que quem lhe tenha concedido a permissão também estará sujeito às penalidades do respectivo crime.

Afirmativa: Incorreta.

94. (CESPE / PRF - 2013)

Considerando que, inconformado com o término do namoro de mais de vinte anos, José tenha agredido sua ex-namorada Maria, com quem não coabitava, ele estará sujeito à aplicação da lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, conhecida como Lei Maria da Penha.

Comentários:

Exatamente! O fato de José não ter coabitado com Maria não o livra de estar sujeito às implicações da Lei Maria da Penha.

Em seu art. 5º, a referida norma configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

- ✓ no âmbito da unidade doméstica;
- ✓ no âmbito da família;
- ✓ em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, **independentemente de coabitação.**

Afirmativa: Correta.

Com fundamento na legislação que define os crimes de tortura e de tráfico de pessoas, julgue os itens a seguir.

95. (CESPE / PRF - 2013)

O crime de tráfico de pessoas poderá ser caracterizado ainda que haja consentimento da vítima.

Comentários:

Questãozinha simples e certíssima, não é mesmo?

Relembrando o que dispõe o art. 2º, §7º, do Anexo do Decreto Federal nº 5.948/06: o consentimento dado pela vítima **é IRRELEVANTE** para a configuração do tráfico de pessoas.

Logo, acerta a questão ao afirmar que o crime de tráfico de pessoas poderá ser caracterizado **ainda que haja consentimento da vítima.**

Afirmativa: Correta.

96. (CESPE / PRF - 2013)

Para que um cidadão seja processado e julgado por crime de tortura, é prescindível que esse crime deixe vestígios de ordem física.

Comentários:

Verdade! A Lei de Tortura (Lei 9.455/97) previu não só a tortura física como a tortura mental!

Lembre-se:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

*I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe **sofrimento físico OU mental**:*

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Afirmativa: Correta.

No que concerne às práticas policiais no espaço público e à administração institucional de conflitos no espaço público, julgue os itens seguintes.

97. (CESPE / PRF - 2013)

Ainda que, durante manifestação que resulte no bloqueio de rodovia federal, os manifestantes entrem em conflito com motoristas que trafeguem nessa rodovia, o PRF responsável pela segurança no local não poderá efetuar, a título de advertência, disparos de arma de fogo para o alto.

Comentários:

Esta questão envolve as "Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública", elencadas na Portaria Interministerial nº 4.226/2010. Dentre elas, a Diretriz 6, alvo da situação descrita no enunciado da questão. Essa Diretriz assim prevê:

6. Os chamados "disparos de advertência" não são considerados prática aceitável, por não atenderem aos princípios elencados na Diretriz n.º 2 e em razão da imprevisibilidade de seus efeitos.

Pelo que pode se aferir da Diretriz, não é uma faculdade ou opção do policial fazer uso dos disparos de advertência. Trata-se de prática inaceitável que somente se justificaria em situações limites visando proteger a vida de alguém (legítima defesa própria ou de terceiro). O fato dos manifestantes entrarem em conflito é algo normal em manifestações (ex. um bate boca entre manifestantes e os motoristas

de uma rodovia é um conflito...), o que por si só não ensejaria mesmo a necessidade de o PRF promover disparos de arma de fogo para o alto.

Afirmativa: Correta.

98. (CESPE / PRF - 2013)

Caso um veículo em movimento desrespeite bloqueio feito pela PRF em determinada rodovia federal, ainda que esse fato não represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou a terceiros, o PRF que estiver atuando no bloqueio poderá, para paralisar o veículo, empregar arma de fogo.

Comentários:

Mais uma questão envolvendo as "Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública", dessa vez as Diretrizes 3 e 5, que assim estabelecem:

*"3. Os agentes de segurança pública **não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave.**"*

(...)

*5. **NÃO é legítimo** o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, **a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.***

Como o fato citado na questão não representa risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou a terceiros, o PRF que está atuando no bloqueio **NÃO poderá**, para paralisar o veículo, empregar arma de fogo.

Afirmativa: Incorreta.

Direitos Humanos – Prof. Ricardo Torques

Acerca dos direitos de cidadania e do pluralismo jurídico, julgue os itens que se seguem.

99. (CESPE / PRF - 2013)

No Brasil, o pluralismo jurídico configura-se, por exemplo, quando da aplicação de regras criadas por membros de organizações criminosas, distintas das regras jurídicas estabelecidas pelo Estado.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Dada a pluralidade de fontes jurídicas, argumenta-se que toda produção de regras destinadas a regular um grupo de pessoas possuem caráter jurídico.

Desse modo, em que pese além de não serem estatais e contrárias aos preceitos estatais, as regras criadas por organizações criminosas configuram um exemplo de regras de caráter jurígeno.

Desse modo, por serem regras dotadas de eficácia em um mesmo espaço e tempo encaixa-se na acepção de pluralismo jurídico, muito embora não se encaixem no contexto das normas jurídicas **estatais** obviamente.

Afirmativa: Correta.

100. (CESPE / PRF - 2013)

Os direitos de cidadania são, no Estado democrático de direito, todos aqueles relativos à dignidade do cidadão, como sujeito de prestações estatais, e à participação ativa na vida social, política e econômica do Estado.

Comentários:

Está **correta** a assertiva. A assertiva aproxima-se da noção de cidadania em sentido material que está associada à titularidade e efetividade dos direitos civis, políticos e sociais.

O conceito de cidadania tem sido ampliado com o passar do tempo. Hoje, ele não abrange apenas o exercício dos direitos civis e políticos, mas, segundo a doutrina, retrata também as garantias constitucionais e internacionais voltadas à proteção dos direitos humanos, em relação à atuação do indivíduo na condição de cidadão e de agente de mudança de políticas sociais do Estado.

Afirmativa: Correta.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir, relativos aos direitos humanos.

101. (CESPE / PRF - 2013)

A possibilidade de extensão aos estrangeiros que estejam no Brasil, mas que não residam no país, dos direitos individuais previstos na CF

deve-se ao princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil.

Comentários:

Está **correta** a assertiva. De acordo com o art. 5º, *caput*, da CF, os direitos e garantias fundamentais são assegurados aos brasileiros e estrangeiros residentes em nosso país.

A interpretação desse dispositivo, de acordo com a jurisprudência do STF¹ deve se dar de forma ampliativa. Veja excertos do HC 94.016 MC/SP:

O SÚDITO ESTRANGEIRO, MESMO AQUELE SEM DOMICÍLIO NO BRASIL, TEM DIREITO A TODAS AS PRERROGATIVAS BÁSICAS QUE LHE ASSEGUREM A PRESERVAÇÃO DO "STATUS LIBERTATIS" E A OBSERVÂNCIA, PELO PODER PÚBLICO, DA CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DO "DUE PROCESS". - O súdito estrangeiro, mesmo o não domiciliado no Brasil, tem plena legitimidade para impetrar o remédio constitucional do "habeas corpus", em ordem a tornar efetivo, nas hipóteses de persecução penal, o direito subjetivo, de que também é titular, à observância e ao integral respeito, por parte do Estado, das prerrogativas que compõem e dão significado à cláusula do devido processo legal. - A condição jurídica de não-nacional do Brasil e a circunstância de o réu estrangeiro não possuir domicílio em nosso país não legitimam a adoção, contra tal acusado, de qualquer tratamento arbitrário ou discriminatório. Precedentes. - Impõe-se, ao Judiciário, o dever de assegurar, mesmo ao réu estrangeiro sem domicílio no Brasil, os direitos básicos que resultam do postulado do devido processo legal, notadamente as prerrogativas inerentes à garantia da ampla defesa, à garantia do contraditório, à igualdade entre as partes perante o juiz natural e à garantia de imparcialidade do magistrado processante.

Nesse contexto, verificamos que, segundo o entendimento do STF o estrangeiro não domiciliado, mas que aqui esteja, também é merecedor da tutela dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, com fundamento na prevalência dos direitos humanos.

Afirmativa: Correta.

102. (CESPE / PRF - 2013)

Equivalem às normas constitucionais originárias os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

¹ HC 94016, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe- 26/2/2009.

Comentários:

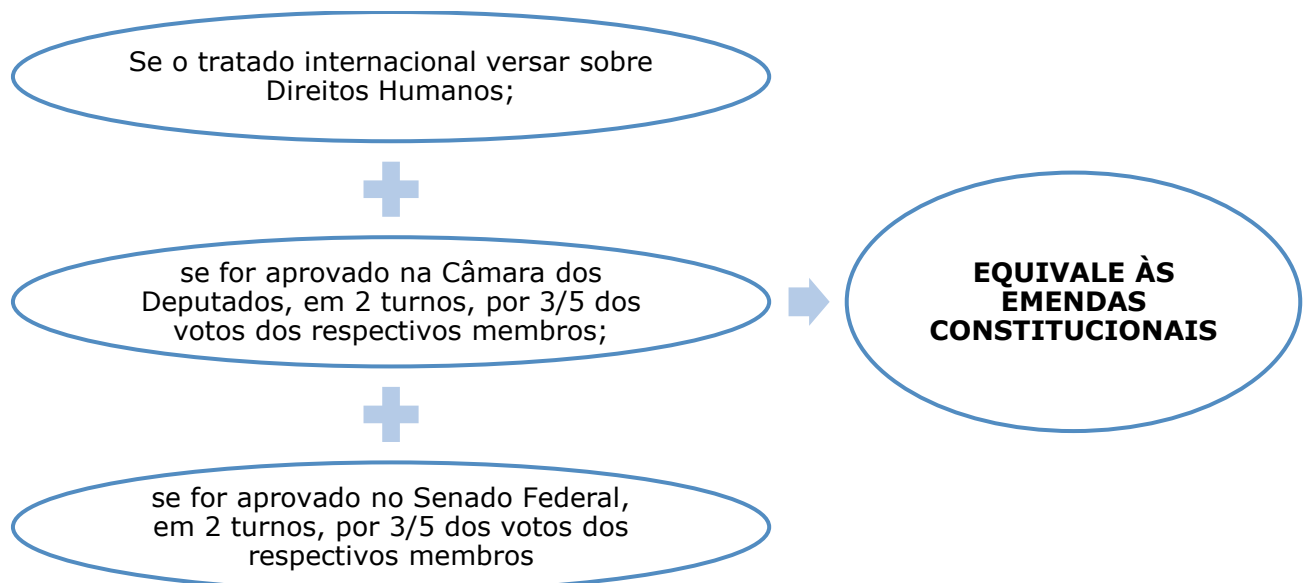
Está **incorreta** a assertiva. É tradicional em provas a cobrança do *status* dos tratados internacionais internalizados em nosso ordenamento jurídico. Para fins do estudo de Direitos Humanos, interessa a compreensão das convenções e tratados internacionais relacionados.

Após a Emenda Constitucional 45/2004, temos dois dispositivos que tratam da hierarquia desses documentos internacionais em nosso ordenamento, quando internalizados. Veja:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo)

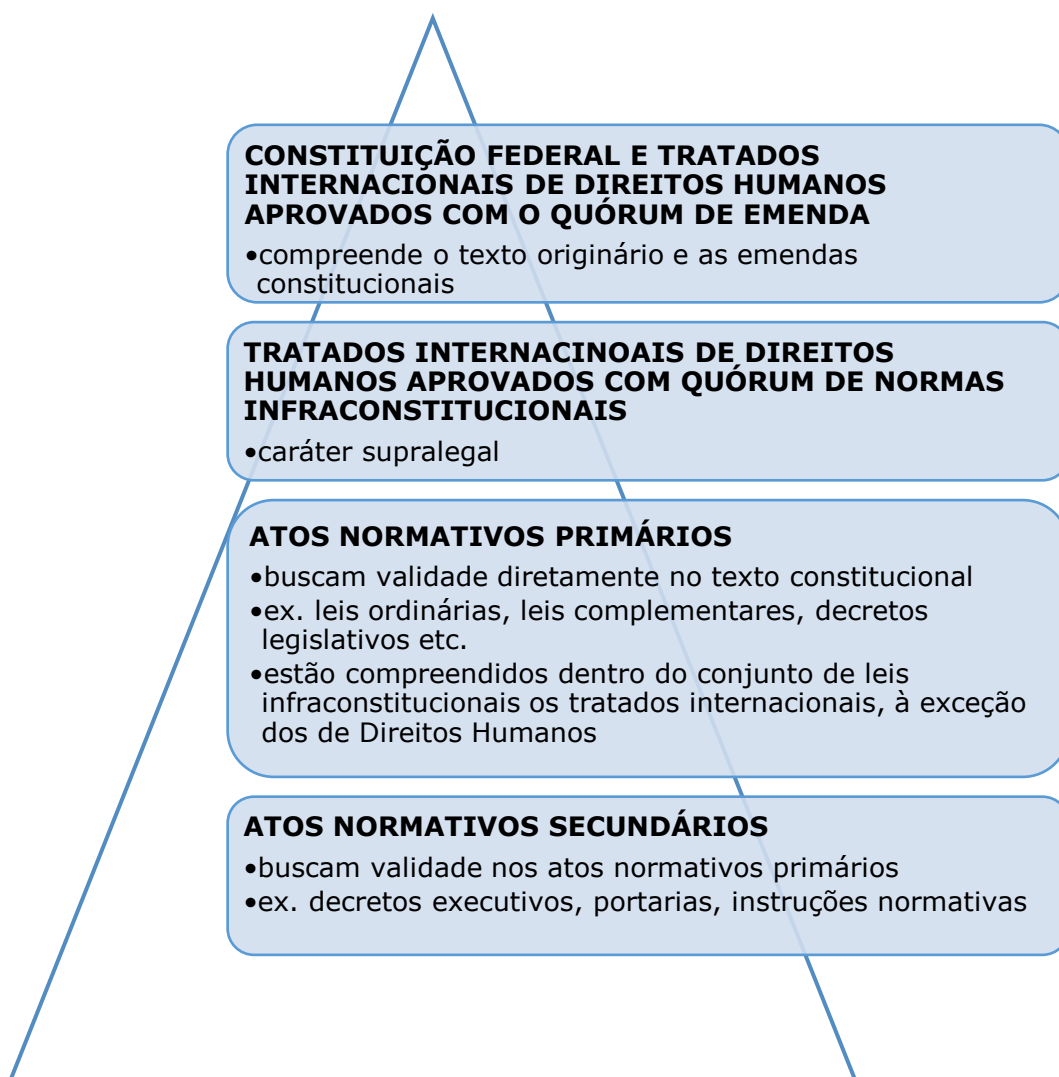
A introdução do §3º, segundo o entendimento predominante da doutrina, promoveu deliberada valorização dos tratados internacionais de Direitos Humanos, aos quais foi possibilitada a equivalência às emendas constitucionais, a depender tão somente do quórum de aprovação.



À luz desses dispositivos, o STF adotou os seguintes entendimentos a respeito da posição jurídica dos tratados internacionais de Direitos Humanos:

- tratados internacionais de **Direitos Humanos aprovados com quórum de emenda constitucional**: possuem status de emenda constitucional;
- tratados internacionais de **Direitos Humanos aprovados com quórum de norma infraconstitucionais**: possuem status de norma supralegal, em ponto intermediário, acima das leis, abaixo da Constituição Federal.
- **demais tratados** internacionais, **independentemente do quórum de aprovação**: possuem status de norma infraconstitucional.

⇒ Assim:



Assim:

- os tratados internacionais de Direitos Humanos aprovados com o quórum qualificado previsto no art. 5º, §3º, da Constituição

Federal, **não são emendas constitucionais, mas possuem status de emendas constitucionais.**

- o único tratado internacional de Direitos Humanos, aprovado com quórum de emenda constitucional e que, portanto, é equiparado às emendas constitucionais, é a **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.**
- a **natureza supralegal dos tratados internacionais de Direitos Humanos aprovados com quórum ordinário abrange não apenas os tratados posteriores à Emenda Constitucional 45/2004, mas especialmente os tratados internacionais já aprovados e perfeitamente internalizados em nosso ordenamento.** Um exemplo é o Pacto de San José da Costa Rica, promulgado em 1992.
- em que pese seja a posição do STF, há doutrinadores de renome, a exemplo de Flávia Piovesan, que entendem que os tratados internacionais de Direitos Humanos possuem *status* constitucional a partir do próprio texto constitucional, com fundamento no art. 5º, §2º, da Constituição Federal.

Logo, incorreta a assertiva ao mencionar que os tratados internacionais de Direitos Humanos são equivalentes às normas constitucionais originárias, pois, na realidade equivalem às emendas constitucionais.

Afirmativa: Incorreta.

No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue os itens subsecutivos.

103. (CESPE / PRF - 2013)

A expressão direitos humanos de primeira geração refere-se aos direitos sociais, culturais e econômicos.

Comentários:

Questão bastante fácil, que envolve os direitos típicos de cada geração.

Percebe-se que os **direitos de primeira dimensão** albergam os **direitos civis e políticos**. Já os **direitos sociais, econômicos e culturais** estão compreendidos na **segunda dimensão** dos Direitos Humanos.

Logo a assertiva está **incorreta**.

Sobre o assunto, lembre-se do quadro abaixo:

	<u>1ª DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS</u>	<u>2ª DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS</u>	<u>3ª DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS</u>
direitos	<i>direitos civis e políticos</i>	<i>direitos sociais, culturais e econômicos</i>	<i>direitos difusos e coletivos</i>
associação ao lema da Revolução Francesa	Liberdade	igualdade	fraternidade
marco histórico	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Revolução Gloriosa na Inglaterra ➢ Independência dos EUA ➢ Revolução Francesa 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Revolução Mexicana ➢ Revolução Russa 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Pós-2ª Guerra Mundial ➢ Surgimento da ONU
marco teórico	<ul style="list-style-type: none"> ➢ “Segundo Tratado sobre o Governo” (John Locke) ➢ “O Contrato Social” (Jean-Jacques Rousseau) 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ “Encíclica Rerum Novarum” (Papa Leão XIII) ➢ “Manifesto do Partido Comunista” (Karl Marx e Frederich Engels) 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ trabalhos acadêmicos que visem à proteção universal e solidária da humanidade
marco jurídico	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Constituição Americana de 1787 ➢ Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Constituição Mexicana de 1917 ➢ Constituição de Weimar de 1919 	Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948
evolução da sociedade	passagem do Estado Absolutista para o Estado Liberal	passagem do Estado Liberal para o Estado Social	Revolta da sociedade contra as atrocidades das guerras mundiais
exemplo	direito à liberdade de expressão	direito à saúde	direito ao meio ambiente
	<u>4ª DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS</u>	<u>5ª DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS</u>	
direito	<ul style="list-style-type: none"> ➢ pesquisas biológicas e manipulação do patrimônio genético das pessoas (Norberto Bobbio) ➢ tutela da democracia, do direito à informação e o pluralismo político (Paulo Bonavides) 	direitos à paz	
marco histórico	Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005)	11 de Setembro	

Afirmativa: Incorreta.

104. (CESPE / PRF - 2013)

Conforme a teoria positivista, os direitos humanos fundamentam-se em uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável.

Comentários:

A questão acima confunde as teorias que fundamentam os Direitos Humanos. Para a teoria jusnaturalista os Direitos Humanos são superiores, universais, imutáveis e inderrogáveis.

Podemos distinguir ambas as teorias da seguinte forma:

TEORIA JUSNATURALISTA DOS DIREITOS HUMANOS



Os Direitos Humanos compreendem uma **ordem suprema, universal, divina e inderrogável**, não decorrendo da manifestação do homem.

TEORIA POSITIVISTA DOS DIREITOS HUMANOS



Os Direitos Humanos constituem **criação normativa**, sendo reconhecidos à medida que positivados nos documentos legislativos do Estado.

Afirmativa: Incorreta.

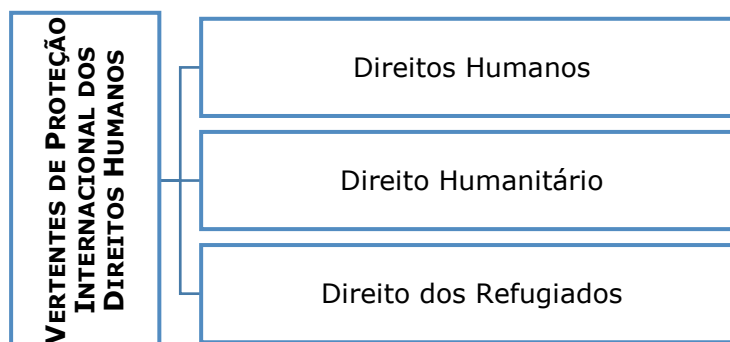
Julgue os próximos itens, relativos aos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

105. (CESPE / PRF - 2013)

A aplicação das normas de direito internacional humanitário e de direito internacional dos refugiados impossibilita a aplicação das normas básicas do direito internacional dos direitos humanos.

Comentários:

São três as vertentes clássicas:



A tese acerca das denominadas “vertentes de proteção internacional dos Direitos Humanos” foi exposta por Antônio Augusto Cançado Trindade. Segundo o autor, por **vertentes** entende-se a separação em **ramos de proteção internacional**. O mesmo autor, posteriormente, teceu críticas quanto a essa cisão, afirmando **a necessidade de superar a visão compartimentalizada da proteção internacional, de maneira que todos os órgãos e instrumentos devem objetivar a proteção ao ser humano sob qualquer um dos seus aspectos**.

Nesse sentido leciona Flávia Piovesan²:

² PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**, 13ª edição, rev., atual., São Paulo: Editora Saraiva, 2013, p. 224.

A visão compartimentalizada, (...), encontra-se definitivamente superada, considerando a identidade de propósitos de proteção dos direitos humanos, bem como a aproximação dessas vertentes nos planos conceitual, normativo, hermenêutico e operacional.

Logo, incorreta a assertiva ao mencionar que a aplicação das do direito humanitário e dos direito dos refugiados exclui a aplicação dos direitos humanos.

Afirmativa: Incorreta.

106. (CESPE / PRF - 2013)

A Política Nacional de Direitos Humanos contempla medidas voltadas à proteção dos direitos civis, tais como os projetos que tratam da parceria entre pessoas do mesmo sexo e da obrigatoriedade de atendimento do aborto legal pela rede pública de saúde.

Comentários:

A Política Nacional de Direitos Humanos contempla medidas voltadas à proteção dos direitos civis, tais como os projetos que tratam da parceria entre pessoas do mesmo sexo e da obrigatoriedade de atendimento do aborto legal pela rede pública de saúde.

A assertiva está correta. A Política Nacional de Direitos Humanos tem por finalidade promover o tratamento isonômico, sem discriminações. Desse modo, propugna a referida política a revogação de normas discriminatórias, fundadas na origem, na raça, etnia, sexo, etc.

Nesse contexto, fixa o Decreto 7.037/2009 (PNDH-3) busca conceder apoio à mulher ao aborto da mulher que engravida em razão de estupro. É o que temos no Eixo IV (Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência), na Diretriz 17, Objetivo estratégico II, Ação programática "g", segundo qual "Implementar mecanismos de monitoramento dos serviços de atendimento ao aborto legalmente autorizado, garantindo seu cumprimento e facilidade de acesso".

Afirmativa: Correta.

107. (CESPE / PRF - 2013)

Caso o Poder Judiciário, ao fundamentar decisão em lei ou norma constitucional interna, descumpra normas internacionais de direitos humanos, o Estado não poderá ser responsabilizado no plano internacional por essa decisão.

Comentários:

Está incorreta a assertiva. Todos os órgãos e poderes do Estado estão vinculados às leis que esse Estado assina, inclusive aquelas que assume no âmbito internacional. Desse modo, não é possível ao Poder Judiciário descumprir os tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil faça parte. Caso descumpra tais normas, a nossa Federação poderá ser responsabilizada internacionalmente.

Afirmativa: Incorreta.

108. (CESPE / PRF - 2013)

O sistema global de proteção dos direitos humanos foi instaurado pela Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Comentários:

A presente questão é bastante simples. O Sistema Global de Direitos Humanos é coordenado pela ONU, que foi criado pela Carta das Nações Unidas. Em seguida, a Assembleia Geral da ONU edita a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento, juntamente com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e os Pactos Internacionais dos Direitos econômicos, sociais e culturais formam-se o que a doutrina denomina de **Carta Internacional dos Direitos Humanos**.

**CARTA
INTERNACIONAL
DOS DIREITOS
HUMANOS**

- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Afirmativa: Correta.

Legislação Relativa ao DPRF – Prof. Alexandre Herculano

Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

109. (CESPE / PRF - 2013)

Considere a seguinte situação hipotética.

Durante uma abordagem de rotina feita pela PRF em determinada rodovia federal, foram apreendidos aproximadamente cem quilos de entorpecentes, entre crack, haxixe e cocaína. O motorista, único ocupante do veículo onde estavam as drogas, confessou a prática do delito, tendo afirmado, ainda, que adquirira as drogas para revendê-las e que as estava transportando para um depósito em local seguro.

Nessa situação, cabe à chefia do distrito regional da PRF do estado em que ocorreu a apreensão formalizar o auto de prisão em flagrante do

autor do delito e comunicar a prisão à autoridade judiciária competente.

Comentários:

A Polícia Rodoviária Federal terá que **encaminhar à autoridade competente (Delegado de Polícia)** para esta lavrar o flagrante. Vejamos o que menciona o art. 304 do CPP:

"Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto."

Afirmativa: Incorreta.

110. (CESPE / PRF - 2013)

Compete à PRF o patrulhamento das rodovias federais privatizadas, mesmo tendo havido, com o processo de concessão, a transferência a particulares das atividades administrativas referentes aos trechos terceirizados.

Comentários:

Isso mesmo! A banca mencionou "rodovias federais privatizadas" **para tentar confundir o candidato**. Tanto o Código de Trânsito Brasileiro, no II do art. 20, bem como o Decreto 1.655/95, no I do art. 1º, deixam evidente que **o patrulhamento ostensivo nas rodovias federais é competência da Polícia Rodoviária Federal**. Vejamos:

"Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais: (...)

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;(...)"

"Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;(...)"

Afirmativa: Correta.

111. (CESPE / PRF - 2013)

Se, durante a execução de obra ao longo de uma rodovia federal, a empresa responsável pela obra interromper a circulação de veículos e a movimentação de cargas em uma das faixas de rolamento sem a

prévia permissão do órgão de trânsito competente, a PRF deverá interditar a obra e aplicar as penalidades civis e multas decorrentes da infração cometida pela empresa.

Comentários:

A interdição de obras irregulares nas rodovias federais é competência da PRF, pois, tanto o Código de Trânsito Brasileiro, no VI do art. 20, bem como o Decreto 1.655/95, no VII do art. 1º, deixam evidente. **Mas não foi só isso que a banca perguntou**, e cabe lembrar que não é competência da PRF aplicar essas penalidades civis. Vejamos:

"Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais: (...)

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas; (...)"

"Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete: (...)

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; (...)"

Afirmativa: Incorreta.

112. (CESPE / PRF - 2013)

Comete infração de trânsito gravíssima, punível com multa, o condutor que não reduz a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito, quando se aproxima de passeatas, manifestações populares e aglomerações.

Comentários:

Isso mesmo! Aqui temos um **"grande risco"**! Será gravíssima, também, quando o motorista não reduzir a velocidade do veículo, de forma compatível com a segurança do trânsito, nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros ou onde haja intensa movimentação de pedestres. **Nos demais casos, do art. 220 do CTB, teremos uma infração grave!**

"Art. 220. Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito:

I - quando se aproximar de passeatas, aglomerações, cortejos, prêmios e desfiles: (...)

XIV - nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros ou onde haja intensa movimentação de pedestres:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa."

Afirmativa: Correta.

113. (CESPE / PRF - 2013)

A autoridade de trânsito, na esfera de suas atribuições, poderá aplicar, quando cabível, penalidade consistente na frequência obrigatória em curso de reciclagem, sem prejuízo das punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito.

Comentários:

Isso mesmo! O Art. 256 do CTB traz as penalidades que poderão ser aplicadas. Chamo a atenção do aluno para não confundirem as penalidades com a medidas administrativas que vêm no Art. 269 do CTB. Outra informação importante é que a penalidade de apreensão do veículo **foi revogada** pela Lei 13.281/16. O § 1º c/c VII do Art. 256 confirma a assertiva em questão. Vejamos:

"Art. 256. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa;

III - suspensão do direito de dirigir;

IV - (Revogado pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)

V - cassação da Carteira Nacional de Habilitação;

VI - cassação da Permissão para Dirigir;

VII - frequência obrigatória em curso de reciclagem.

*§ 1º A aplicação das penalidades previstas neste Código **não elide as punições originárias de ilícitos penais** decorrentes de crimes de trânsito, conforme disposições de lei."*

Afirmativa: Correta.

114. (CESPE / PRF - 2013)

É permitido ao PRF portar arma de fogo somente em serviço, sendo a licença apenas de caráter funcional.

Comentários:

O Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) menciona, no Art. 6º, os agentes que podem portar armas de fogo. Entre eles temos os órgãos de segurança pública descrito no Art. 144 da CF/88. Assim, a Policial Rodoviário Federal pode portar a arma de fogo. Além disso, o § 1º do Art. 6º do Estatuto, **menciona que este porte pode ser em serviço e fora do serviço, e tem validade em âmbito nacional.** Gravem, também, que o Art. 2º do Decreto 1.655/95 menciona que documento de identidade funcional dos servidores policiais da Polícia Rodoviária Federal **confere ao seu portador livre porte de arma e franco acesso aos locais sob fiscalização** do órgão. Vejamos:

"Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para: (...)

*II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do **art. 144** da Constituição Federal; (...)*

*§ 1o As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, **mesmo fora de serviço**, nos termos do regulamento desta Lei, **com validade em âmbito nacional** para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI. (...)"*

"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares."

*"Art 2º O documento de identidade funcional dos servidores policiais da Polícia Rodoviária Federal **confere ao seu portador livre porte de arma e franco acesso aos locais sob fiscalização** do órgão, nos termos da legislação em vigor, assegurando - lhes, quando em serviço, prioridade em todos os tipos de transporte e comunicação."*

Afirmativa: Incorreta.

Física – Prof. Vinícius Silva

Considerando que um veículo com massa igual a 1.000 kg se mova em linha reta com velocidade constante e igual a 72 km/h, e considerando, ainda, que a aceleração da gravidade seja igual a 10 m/s², julgue os itens a seguir.

115. (CESPE / PRF - 2013)

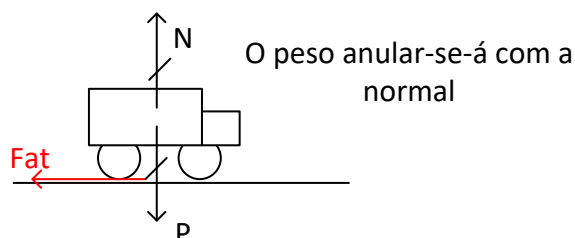
Quando o freio for acionado, para que o veículo pare, a sua energia cinética e o trabalho da força de atrito, em módulo, deverão ser iguais.

Comentários:

A questão acima era teórica, mas você precisava conhecer o teorema da energia cinética para marcar o item com segurança.

O teorema da energia cinética foi visto durante o nosso curso e foi visto que o trabalho da força resultante é igual à variação da energia cinética do corpo.

Considerando que apenas a força de atrito atue no corpo, além da força peso e da reação normal, poderíamos esquematizar as forças da seguinte forma:



$$\tau_{F_{res}} = \Delta E_{cinética}$$

$$\tau_{Fat} = \Delta E_{cinética}$$

Observe, no entanto, que a energia cinética final é igual a zero, uma vez que ao final da frenagem o veículo deve parar (pelo menos em tese).

Assim, podemos dizer que:

$$\tau_{Fat} = \Delta E_{cinética}$$

$$\tau_{Fat} = \cancel{E_{cinética_{final}}} - E_{cinética_{inicial}}$$

$$\tau_{Fat} = -E_{cinética_{inicial}}$$

Assim, os valores serão opostos (sinais contrários), no entanto, terão o mesmo módulo.

Observação:

Na minha opinião, cabe recurso nessa questão, pois fizemos uma suposição aqui que o enunciado não mencionou nada a respeito, o que pode gerar dúvida com os candidatos.

A suposição foi a seguinte:

Foi desprezada aqui a resistência do ar, o que o enunciado deveria ter dito, pois se considerássemos a resistência do ar, a força resultante não seria igual à força de atrito. Se considerássemos a força de resistência do ar, teríamos que o trabalho total (da força de atrito somado a força de resistência do ar) teria o mesmo módulo da energia cinética inicial.

Mas volto a ressaltar, a questão não mandou desprezar o efeito do ar, o que pode ser argumentado em um recurso. Se alguém precisar de ajuda na fundamentação, pode enviar email, mas acredito que deve ser fácil fundamentar algo tão evidente.

Referência: Aula 04, páginas 16 e 17.

Afirmativa: Correta.

116. (CESPE / PRF - 2013)

Antes de iniciar o processo de frenagem, a energia mecânica do veículo era igual a 200.000 J.

Comentários:

Olha meus amigos, aqui eu tenho mais uma questão polêmica, na qual cabe recurso.

Durante as aulas do nosso curso foi visto que a energia mecânica é igual à soma da energia cinética com a energia potencial.

$$E_{MEC} = E_{Cin} + E_{pot}$$

Como temos um veículo, temos de entender que a energia mecânica depende da energia potencial, que no caso acima é a energia potencial gravitacional (associada à altura do carro em relação ao nível de referência).

Supondo o nível de referencia na linha reta em que o carro se movimenta, então o veículo não tem altura associada, assim a energia potencial é nula, nesse caso, restando apenas energia cinética.

Logo,

$$\begin{aligned} E_{MEC} &= E_{Cin} + \cancel{E_{pot}} \\ E_{MEC} &= E_{Cin} \\ E_{MEC} &= \frac{m \cdot v^2}{2} \end{aligned}$$

Agora, basta substituir os dados da questão, lembrando de transformar a velocidade de "km/h" para "m/s", uma vez que desejamos obter a energia em "J".

$$V = 72/3,6 \text{ m/s}$$

$$V = 20\text{m/s}$$

Assim,

$$E_{MEC} = \frac{m.v^2}{2}$$

$$E_{MEC} = \frac{1.000.20^2}{2}$$

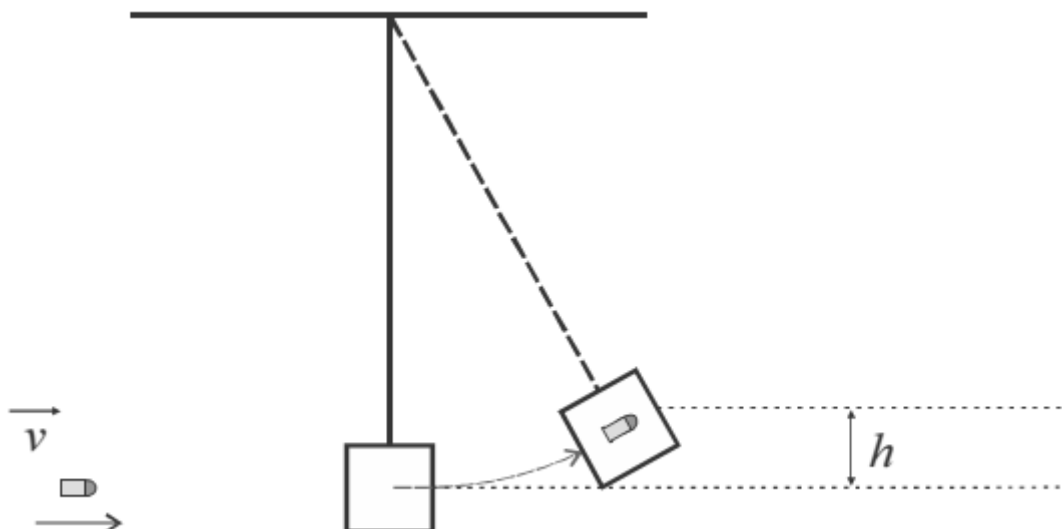
$$E_{MEC} = 200.000J$$

Portanto, o item está correto, no entanto fica uma "brecha" para interpor recurso.

Veja que baseamo-nos na suposição de que o nível de referência para o cálculo da energia potencial gravitacional é a reta sobre a qual o carro se movimentava. Entretanto, deveria ter sido informado no enunciado o nível de referência. Se alguém precisar de ajuda na elaboração do recurso, pode enviar e-mail.

Referencia: Aula 04, páginas 24 e 28.

Afirmativa: Correta.



Uma bala de revólver de massa igual a 10 g foi disparada, com velocidade v , na direção de um bloco de massa igual a 4 kg, suspenso por um fio, conforme ilustrado na figura acima. A bala

ficou encravada no bloco e o conjunto subiu até uma altura h igual a 30 cm.

Considerando essas informações e assumindo que a aceleração da gravidade seja igual a 10 m/s^2 , julgue o item abaixo.

117. (CESPE / PRF - 2013)

Se toda a energia cinética que o conjunto adquiriu imediatamente após a colisão fosse transformada em energia potencial, a velocidade do conjunto após a colisão e a velocidade com que a bala foi disparada seriam, respectivamente, superiores a $2,0 \text{ m/s}$ e a 960 m/s .

Comentários:

Meus amigos, uma questão de pêndulo balístico como essa foi trabalhada várias vezes em nossa aula de nº 05, nas páginas 31 e 36, trabalhamos 3 questões de pêndulo balístico.

Você deveria ter atentado para dois fatos:

1. Conservação da energia mecânica após a colisão até o conjunto parar na altura de 30cm.

$$E_{MEC_0} = E_{MEC_f}$$

$$\frac{m_{conjunto} \cdot V_{conjunto}^2}{2} = m_{conjunto} \cdot g \cdot h$$

$$V_{conjunto}^2 = 2 \cdot g \cdot h$$

$$V_{conjunto} = \sqrt{2 \cdot g \cdot h}$$

$$V_{conjunto} = \sqrt{2 \cdot 10 \cdot 0,3}$$

$$V_{conjunto} \cong 2,45 \text{ m/s}$$

2. Conservação da quantidade de movimento (momento linear) antes e depois da colisão.

$$Q_0 = Q_f$$

$$m_{bala} \cdot V_{bala} = (m_{bala} + m_{bloco}) V_{conjunto}$$

$$0,01 \cdot V_{bala} = (4 + 0,01) \cdot 2,45$$

$$V_{bala} = \frac{4,01 \cdot 2,45}{0,01}$$

$$V_{bala} = 982,45 \text{ m/s}$$

Lembre-se de que a unidade da massa do projétil (bala) foi transformada para kg, dividindo-se o respectivo valor por 1.000.

Assim, como o enunciado afirmava que as velocidades acima encontradas eram superiores a 2,0m/s e 960m/s respectivamente, então o item está correto.

Essa questão eu considero como a mais difícil da prova, matematicamente, por conta da aplicação de duas conservações. No entanto, tenho certeza de que o aluno Estratégia está muito bem encaminhado, pois o tema acima foi exaustivamente trabalhado no meu curso.

Afirmativa: Correta.

Considerando que um corpo de massa igual a 1,0 kg oscile em movimento harmônico simples de acordo com a equação

$x(t) = 6,0 \cos\left[3\pi t + \frac{\pi}{3}\right]$, em que t é o tempo, em segundos, e x(t) é dada em metros, julgue os itens que se seguem.

118. (CESPE / PRF - 2013)

A força resultante que atua no corpo é expressa por $F(t) = -(3\pi)^2 x(t)$.

Comentários:

Essa questão envolve a equação da posição de um MHS, assunto bastante trabalhado por nós em nosso curso da PRF.

A equação de que estou falando é a seguinte:

$$x(t) = A \cos[\omega.t + \varphi_0]$$

Além disso você deveria lembrar-se de que a força resultante em um MHS é proporcional à posição da seguinte forma:

$$F(t) = -K.x(t)$$

Onde K é a constante de força do movimento.

Foi visto também na parte teórica da aula 07, que existia uma relação entre a constante de força e a pulsação do movimento (ω).

$$\omega = \sqrt{\frac{K}{m}}$$

Assim, para chegarmos ao resultado da força em função da posição, bastava olhar para a equação $x(t)$, e verificar que $\omega = 3.\pi$, e aplicar na fórmula acima par encontrar K.

$$\omega = \sqrt{\frac{K}{m}}$$

$$3.\pi = \sqrt{\frac{K}{1,0}}$$

$$K = (3.\pi)^2$$

Substituindo na fórmula da força:

$$F(t) = -(3.\pi)^2 .x(t)$$

Afirmativa: Correta.

119. (CESPE / PRF - 2013)

O período do movimento é igual a 0,5 s.

Comentários:

Questão de período de movimento harmônico simples.

Com os dados obtidos na questão 118, bastava você lembrar-se de mais uma fórmula matemática vista em nossas aulas:

$$\omega = \frac{2.\pi}{T}$$

$$T = \frac{2.\pi}{\omega}$$

$$T = \frac{2.\pi}{3.\pi}$$

$$T = \frac{2}{3} s \cong 0,67 s$$

Portanto, o período é superior a 0,5s.

Referências: Aula 07, páginas 3, 4 e 5.

Afirmativa: Incorreta.

O fenômeno de redução na frequência do som emitido pela buzina de um veículo em movimento, observado por um ouvinte, é denominado efeito Doppler. Essa diferença na frequência deve-se ao deslocamento no número de oscilações por segundo que atinge o ouvido do ouvinte. Os instrumentos utilizados pela PRF para o controle de velocidade se baseiam nesse efeito.

A respeito do efeito Doppler, julgue o item abaixo.

120. (CESPE / PRF - 2013)

Considere que um PRF, em uma viatura que se desloca com velocidade igual a 90 km/h, se aproxime do local de um acidente onde já se encontra uma ambulância parada, cuja sirene esteja emitindo som com frequência de 1.000 Hz. Nesse caso, se a velocidade do som no ar for igual a 340 m/s, a frequência do som da sirene ouvido pelo policial será superior a 1.025 Hz.

Comentários:

A questão acima é uma questão envolvendo o efeito Doppler, de simples aplicação da fórmula vista em nossa aula de nº 7, precisamente na página 31 e 33, a questão 28.2 dessa aula também versava sobre o assunto de forma idêntica.

Bom, bastava então calcular a frequência Doppler por meio da fórmula abaixo:

$$f_d = f_0 \cdot \frac{V_{som} \pm V_{obs}}{V_{som} \pm V_{fonte}}$$

$$f_d = f_0 \cdot \frac{V_{som} + V_{obs}}{V_{som}}$$

$$f_d = 1.000 \cdot \frac{340 + 25}{340}$$

$$f_d \cong 1.073,53$$

Note que a velocidade do observador foi transformada para a mesma unidade da velocidade do som no ar (m/s) bastava dividir o valor 90km/h por 3,6, obtendo-se assim 25m/s.

Outro detalhe foi o sinal adotado, que foi o positivo, uma vez que o nosso referencial é orientado do observador para fonte (positivo) da fonte para o observador (negativo), como o movimento era do

observador dirigindo-se para a fonte, então o sinal a ser adotado é o positivo.

Afirmativa: Correta.